



santa maria da feira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

EDITAL

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA, Dr., Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira:-----

FAÇO SABER que nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa no átrio do edifício dos Paços do Município a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira de 12 de novembro de 2018, aprovada na sessão ordinária de 5 de abril de 2019.-----

Paços do Município de Santa Maria da Feira, 8 de abril de 2019. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,


(AMADEU SOARES ALBERGARIA, Dr.)



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

ATA N.º 10 – No dia 12 de novembro de 2018, na cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 20 horas e 40 minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.ª e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Atas:
 - Ata N.º 8 – Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2018;
 - Ata N.º 9 – Sessão Extraordinária de 26 de outubro de 2018;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Projeto de Lei n.º 1004/XIII (Integração da freguesia de Milheirós de Poiares, do concelho de Santa Maria da Feira, no concelho de São João da Madeira), da iniciativa dos Partidos Socialista e Bloco de Esquerda
 - Parecer da Assembleia Municipal;
- 4 – Mapa de Pessoal para 2019;
- 5 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2019;
- 6 – Contrato-Programa para 2019 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.
 - Autorização da Assembleia Municipal para celebração do contrato-programa;
- 7 – Postura de trânsito – Travanca e São Miguel do Souto;
- 8 – Postura de trânsito – União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô (Mosteirô);
- 9 – Proposta de constituição de júris para concursos de cargos dirigentes;
- 10 – Resolução do Contrato de Concessão com a P. Parques (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento).

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Sr. Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Srs. Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vitor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, António Milton Topa Gomes, Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, Margarida Maria Santos



Handwritten initials and a signature.

Soares da Rocha Gariso, António Ferreira de Bastos e Bruno Miguel de Sousa Mota. -----
Não esteve presente a Sr.ª Vereadora Lia Andreia Cristóvão Ferreira. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os presentes. -----

Dando início aos trabalhos, informou da entrada na Mesa de 5 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia das seguintes freguesias: -----

- Arrifana: Delfim Manuel Oliveira da Silva (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Alcino Pereira Monteiro;-----
- Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Carmindo Joaquim Leite de Bastos;-----
- Nogueira da Regedoura: Rui Alves Rios (PS) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Fernando Ferreira Sousa;-----
- Romariz: Anacleto de Sousa Costa (PSD) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Alexandra Patrícia Moreira Rocha;-----
- União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Fernando Adriano de Sousa Pinho. -----

Informou, ainda, que os membros António André da Silva Topa e Susana Daniela Ferreira da Silva, ambos do grupo municipal do PSD, solicitaram ser substituídos na presente sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, eram substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir da mesma lista, do modo a seguir discriminado: -----

- António Topa: substituído pelo João Luís Almeida Cunha,-----
- Susana Silva: substituída pelo José Moreira de Jesus Castro (*uma vez que os cidadãos seguintes da respetiva lista, Maria João Resende Lamas e Cláudia Oliveira Antunes Correia, fizeram comunicar à Mesa da impossibilidade de estarem presentes*). -----

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 47 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente: -----



Pelo Partido Social Democrata (PSD): -----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; Maria José Ferreira dos Santos; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Regina Maria Gonçalves da Silva; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Jorge Paulo das Neves Pereira; João Luís Almeida Cunha; José Moreira de Jesus Castro; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Alexandra Patrícia Moreira da Rocha; Santa Maria de Lamas – Lucídio Pereira Dias; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Fernando Adriano de Sousa Pinho; -----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Sérgio Manuel Murteira Cirino; Manuel Oliveira de Almeida; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Henrique Portela Madureira; Lúcia Catarina Azevedo Fernandes; Daniel Tavares Gomes; Tiago Oliveira Amorim Carneiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Nogueira da Regedoura – Fernando Ferreira Sousa; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; e União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade; -----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Moisés Salvador Coelho Ferreira e Salomé Almeida Ventura; --

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos; -----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Filipe Ramiro Tavares Moreira;-----

Independente (IND): Carmino Joaquim Leite Bastos – representante do Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Entraram no decorrer da sessão: Juliana Canedo da Rocha (PSD), Justino Santos Pinto (PS);



e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos (PSD), Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro (PSD), Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos (PSD), Lourosa – Armando Fontes Teixeira (PSD), e Mozelos – José Carlos Pinto da Silva (PSD). -----

Seguidamente, e na sequência do decidido pela Assembleia na sua sessão de 23 de novembro de 2017, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão extraordinária de 26 de outubro de 2018 e a presente sessão: -----

- “Ofício do Sr. Presidente da AEDRL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando à subscrição da Revista das Assembleias Municipais, publicada trimestralmente por aquela Associação; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, resposta do Ministério do Ambiente à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luis Ferreira e Heloísa Apolónia sobre o projeto de exploração de urânio em Retortillo-Santidad (Salamanca), junto à fronteira portuguesa; -----
- E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Sra. Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Santa Maria da Feira, a informar que, em virtude do agendamento da audição do Sr. Ministro da Educação, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado, para dia 2 de novembro à tarde, não poderia estar presente no jantar comemorativo dos 25 anos da CPCJ Feira, como havia confirmado, não deixando de aproveitar a oportunidade para desejar o maior sucesso para o evento;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão



- ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
- E-mail do Sr. Secretário-Geral da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, em complemento das informações prestadas na reunião realizada no dia 19 de outubro de 2018, documentos para uma eventual adesão desta Assembleia Municipal à ANAM; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos e para os efeitos previstos na Lei, o Plano e Orçamento Municipal para 2019, aprovado pela Câmara Municipal na sua reunião extraordinária de 29 de outubro de 2018; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 7 de novembro de 2018; -----
 - Ofício da Sociedade de Revisores de Contas G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda., dirigido conjuntamente ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo a Informação do Auditor Externo, referente ao 1.º semestre de 2018, do Município de Santa Maria da Feira; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo solicitação do Bloco de Esquerda para agendamento de um ponto na Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, sobre o tema “Resolução do Contrato de Concessão com a P. Parques”; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – António Topa, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, por, na qualidade de Deputado da Assembleia da República, se encontrar neste dia em Lisboa, dado ter reuniões agendadas das Comissões Parlamentares que integra, por motivos da discussão do Orçamento de Estado para 2019, solicitando ser substituído na referida sessão, nos termos legais e regimentais; -----



- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, relativo a adenda de 2 pontos à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda de 2 pontos à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018; -----
- Ofício da Sra. Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 22 de outubro de 2018; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Anacleto Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Romariz, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, pelo que se faria substituir na mesma pela Tesoureira daquele Executivo – Ana Patrícia Moreira Rocha; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, dirigido conjuntamente ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, reenviando, para validação de data e hora da entrega, e-mail anteriormente dirigido pelo grupo municipal do Bloco de Esquerda ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que anexa as propostas do Bloco de Esquerda para as Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal de 2019, mas que não constam do capítulo respetivo do documento do Plano e Orçamento para 2019, solicitando que tais propostas sejam distribuídas aos membros da Assembleia Municipal com a restante documentação relativa a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, e que sejam anexadas ao Plano e Orçamento para 2019; -----
- E-mail do cidadão António Lima, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, para falar do assunto “Milheirós de Poiares” – dada resposta ao cidadão, por e mail, a confirmar a inscrição; -----
- E-mail do cidadão Roberto Pinho, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, para falar do assunto “Milheirós de



[Handwritten signatures and initials]

- Poiares” – dada resposta ao cidadão, por e mail, a confirmar a inscrição; -----
- E-mail do cidadão Vítor Almeida, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, para falar do assunto “Milheirós de Poiares” – dada resposta ao cidadão, por e mail, a confirmar a inscrição; -----
 - E-mail da cidadã Carla Sofia Pinho, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, para falar do assunto “Milheirós de Poiares” – dada resposta à cidadã, por e mail, a confirmar a inscrição; -----
 - E-mail do cidadão Samuel Conceição, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, para falar do assunto “Milheirós de Poiares” – dada resposta ao cidadão, por e mail, a confirmar a inscrição; -----
 - E-mail da cidadã Lúcia Casimiro, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, para falar do assunto “Milheirós de Poiares” – dada resposta à cidadã, por e mail, a confirmar a inscrição; -----
 - E-mail do cidadão Armando Oliveira, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, para falar do assunto “Milheirós de Poiares” – dada resposta ao cidadão, por e mail, a confirmar a inscrição; -----
 - E-mail do cidadão Edgar Perestrelo Lima, à Mesa da Assembleia Municipal, solicitando inscrever-se para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, para falar do assunto “Milheirós de Poiares” – dada resposta ao cidadão, por e mail, a confirmar a inscrição; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Rui Alves Rios, Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, pelo que se faria substituir na mesma pelo Secretário daquele Executivo – Fernando Ferreira Sousa; -----
 - Convite do pároco da paróquia de Gião (Santo André), ao Sr. Presidente da Assembleia
-



- Municipal e esposa, para participar na Dedicção do Altar e da Igreja Nova de Gião integrada na Festa do Padroeiro da paróquia, bem como para participar na Eucaristia solene e procissão, bem como para o almoço que se segue – eventos a realizar no dia 2 de dezembro de 2018; -----
- Convite do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na conferência “Idosos: Saúde e Cuidadores informais”, a realizar no dia 16 de novembro de 2018; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Susana Ferreira Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 12 de novembro de 2018, por motivos pessoais, solicitando a sua substituição na mesma nos termos regimentais; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando esclarecimentos no seguimento do requerimento apresentado pelos membros Moisés Ferreira e Salomé Ventura, sobre o “Uso indevido de automóvel da autarquia” – ofício que, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àqueles membros em formato digital, por e-mail, em 12/11/2018; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelos membros Moisés Ferreira e Salomé Ventura, sobre “Ação da empresa gestora dos parquímetros P. Parques – Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento, SA” – ofício que, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foi enviado àqueles membros em formato digital, por e-mail, em 12/11/2018; -----
 - Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de 2 documentos para serem apreciados – uma moção do BE e uma proposta do CDS-PP – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram atempadamente enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia. -----

Informou que concederia a palavra aos proponentes dos documentos para fazerem a



apresentação dos mesmos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos. -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE), que apresentou e explanou a moção cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“PELA REPOSIÇÃO DAS FREGUESIAS EXTINTAS -----

O anterior Governo do PSD e do CDS decidiu proceder à extinção de centenas de Freguesias no país. Em Santa Maria da Feira foram 10 as Freguesias que estes partidos extinguiram. Foi um processo que passou por cima de deliberações de algumas Assembleias de Freguesia e que ignorou por completo a vontade popular. -----

Também em Santa Maria da Feira, o PSD e o CDS apoiaram a extinção das Freguesias do Concelho e chumbaram propostas apresentadas para que se abrissem processos de consulta popular. -----

Este foi um processo desastrado e desastroso que importa reverter. É hoje inequívoco que as extinções impostas pelos partidos da Direita não trouxeram nenhuma mais-valia ou benefício para as populações ou para o concelho. Pelo contrário, são cada vez mais as vozes que se levantam pela reposição das Freguesias por considerarem que a extinção prejudicou de forma indelével e em maior grau as Freguesias de menor dimensão que foram obrigadas a agregar-se. -----

Para reverter esta situação o Bloco de Esquerda já apresentou um projeto de lei no início da atual legislatura que previa a anulação de todas as extinções feitas. Esta iniciativa acabou chumbada com os votos contra do PSD, do PS e do CDS, mas esse desfecho inicial não faz esmorecer a luta pela justiça e pelas populações que tão prejudicadas foram pela extinção da sua Freguesia. Quanto mais tempo passa e quanto mais se percebe o impacto dessas extinções forçadas mais razão tem a proposta do Bloco de Esquerda, pelo que existe já outra iniciativa legislativa no mesmo sentido. -----

Consideramos que chegou também o momento de a Assembleia Municipal se pronunciar inequivocamente a favor da reposição das Freguesias que o PSD e o CDS extinguiram no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 12 de novembro de 2018, delibera: -----



1. Pronunciar-se pela anulação da reforma administrativa que extinguiu 10 Freguesias no concelho de Santa Maria da Feira;-----
2. Pronunciar-se a favor da reposição das Freguesias extintas no concelho de Santa Maria da Feira.”-----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP), que apresentou e explanou a proposta cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA --
Considerando que: -----

O concelho de Santa Maria da Feira possui capacidade para o desenvolvimento local por intermédio da reabilitação das áreas urbanas (em parte associadas aos centros históricos das freguesias), visto que foram apresentados e aprovados na última assembleia as recentes planificações realizadas pelo executivo municipal. -----

Uma vez que o tema em questão é de desconhecimento generalizado, tanto para a população como para membros que constituem a assembleia, consideramos que esta assume uma importância extraordinária para que os trabalhos possam ser realizados da maneira mais proveitosa para todas as entidades envolvidas. -----

Nesse sentido, importa que a Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador da atividade do Município, acompanhe e monitorize as políticas, orientações estratégicas e programas para estas áreas delimitadas pelo executivo municipal salvaguardando, dessa forma, os interesses do Município, seja através da captação de novos investimentos, seja através da criação de benefícios para o município como a criação de novas oportunidades de emprego, ainda que parte delas temporário. -----

Assim, o CDS-PP considera oportuno a constituição de uma Comissão de Acompanhamento que cumpra o papel fiscalizador do órgão deliberativo e que possa acompanhar, avaliar e propor medidas ao Município nesta área.-----

Neste sentido e conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 26.º conjugado com o n.º 1 do art. 53.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e em conformidade com os n.ºs 2 do art. 17.º e o n.º 1 do art. 47.º do Regimento, o CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária a 12 de novembro de 2018, que delibere: -----

1. A constituição de uma Comissão de Acompanhamento das Áreas de Reabilitação Urbana,



5

[Handwritten signature]

com o objetivo de acompanhar, monitorizar e fiscalizar a implementação das obras e dos projetos de reabilitação; -----

2. A Comissão terá início na data de aprovação da presente proposta e término no final do mandato; -----

3. A Comissão deverá ser composta por um eleito de cada força política representada no órgão, cabendo ao PSD a indicação do Presidente da Comissão, uma vez que é a instituição partidária que governa o executivo municipal e detêm a maioria na Assembleia Municipal.”---

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que iria votar favoravelmente a proposta apresentada pelo CDS-PP, realçando que a CDU considera as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) como sendo uma oportunidade única para revitalizar o centro das freguesias do Concelho, pelo que é de todo o interesse do Município que o maior número de pessoas esteja envolvido e que seja um processo o mais democrático possível. Salientou que nem todos os partidos têm assento em todas as Assembleias de Freguesia pelo que a criação de uma comissão de acompanhamento é uma oportunidade de fazer com que todos os partidos participem na discussão e intervenham naquele que será o desenvolvimento dos centros das freguesias. -----

Relativamente à moção apresentada pelo BE disse não haver dúvida de que foi uma agregação de freguesias cega, que não trouxe benefícios para as populações do ponto de vista económico-financeiro, como se verificou no ano passado, e muito menos do ponto de vista humano. -----

Disse ter-se registado que, com a extinção de freguesias, as mais pequenas foram as mais sacrificadas porque perderam aquele contacto de proximidade que tinham, ainda mais numa altura em que se regista, por todo o País, uma perda de serviços em todas as freguesias, como o encerramento de balcões dos correios e dos bancos, pelo que é uma altura ainda mais premente de ter as freguesias próximas da população. -----

Concluindo, lembrou ao BE que não chegou o momento desta Assembleia Municipal votar a favor da reposição das freguesias porque, na verdade, esta Assembleia Municipal já aprovou por unanimidade, em 2016, uma moção apresentada pela CDU no sentido da reposição das freguesias. -----



Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por referir, em relação à moção pela reposição das freguesias, que desde sempre o PS defendeu que a reforma administrativa foi falhada, comentando que a reforma inicialmente apontava para os concelhos mas que, não tendo havido coragem para mexer nos concelhos, que era onde se poderia poupar e criar sinergias, foi-se mexer no elo mais fraco, ou seja, nas freguesias. -----

Disse que a reforma foi amplamente discutida nesta Assembleia Municipal e que sempre houve vozes discordantes, acrescentando que o tempo veio mostrar que a reforma foi mesmo má. Salientou que as freguesias mais pequenas foram agregadas contra a vontade delas, que deixaram de ter o único centro onde as pessoas podiam recorrer, que era a Junta de Freguesia, comentando que, com a reforma, quem tinha pouco ficou sem nada e quem tinha mais ficou ainda com mais um bocado. Fez notar que, portanto, a reforma acentuou os desequilíbrios, levou a que as freguesias com menos população tivessem ainda menos atividades, conduzindo ao abandono de serviços e à desertificação progressiva dessas freguesias. Frisou que, portanto, o grupo municipal do PS não tem dúvidas em ser favorável à reposição das freguesias que foram extintas. -----

Em relação à proposta para a criação de uma comissão de acompanhamento das ARU informou que o grupo municipal do PS também a acompanha. Disse que as ARU são bastante importantes para a reabilitação dos centros das freguesias e das cidades do Concelho mas que, por um motivo que não se sabe bem qual, não saiu do papel, comentando que se fez uma coisa muito bonita no papel mas que não passou disso. Neste âmbito, disse que até se atrevia a sugerir que, para além de uma comissão de acompanhamento, se criasse uma comissão executiva para pôr o processo mesmo a andar, frisando que dada a importância que as ARU têm para as freguesias não podem ficar guardadas num gabinete à espera que as pessoas lá vão descobri-las. -----

Concluindo, salientou que o processo das ARU tem de ir ao encontro das pessoas, para estas poderem aproveitar os instrumentos dados, reafirmando que o grupo municipal do PS apoia a criação da comissão de acompanhamento porque considera que essa pode ser uma forma de dinamizar a reabilitação urbana em Santa Maria da Feira. -----

Interveio a deputada municipal *Maria José Santos* (PSD) que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----



“O grupo municipal do PSD, apesar de não se rever na articulação dos considerandos que antecedem a moção pela reposição das freguesias extintas, apresentada pelo Bloco de Esquerda, votará a favor desta moção.-----

No entanto, queremos deixar claro, bem claro porque iremos votar a favor, apesar de considerarmos que esta moção peca pela desnecessidade aliada à falta de memória dos senhores deputados do Bloco de Esquerda.-----

Nesta moção considera o Bloco de Esquerda que chegou o momento de esta Assembleia se pronunciar inequivocamente, e cito, a favor da reposição das freguesias extintas pelo anterior Governo PSD/CDS. Mas, como já lembrou o senhor deputado Filipe Moreira, em 29 de abril de 2016, a CDU apresentou à Assembleia Municipal do anterior mandato, uma moção intitulada “Pela reposição das freguesias”. O título é o mesmo, o Bloco agora só lhe acrescentou a palavra “extintas” que, aliás, é redundante. Esta moção foi aprovada por larga maioria, somente com uma abstenção e um voto contra. Que maior clareza querem os senhores deputados do Bloco de Esquerda? Nomeadamente a senhora deputada Salomé Ventura, que apresentou a moção. Porque quem deveria ter vindo apresentar esta moção era o senhor deputado Moisés Ferreira. Faltou-lhe a coragem, penso eu.-----

Nessa Assembleia, o líder da nossa bancada referiu que o processo de agregação das freguesias fora uma resposta à exigência de uma redução das despesas do Estado impostas pela troika, num contexto de crise profunda de um país na bancarrota, herança do Governo Socialista. Lembro, também, que o Município promoveu um amplo debate que passou, por exemplo, pela criação de um grupo de trabalho da Assembleia Municipal para acompanhar este dossiê, e que a reorganização administrativa de agregação das freguesias, sendo embora imposta por Lisboa, não fora feita a partir de Lisboa, como aconteceu em tantos outros Concelhos, tendo-se evitado que mais freguesias deste Concelho fossem agregadas, como se lembram.-----

Foi também lembrado, de um modo inequívoco, que o grupo municipal do PSD sempre discordou das agregações das suas freguesias e que, num contexto de reanálise desta matéria, seria obviamente favorável à sua reposição.-----

A grande questão é que esta reanálise pública tem vindo a ser sucessivamente adiada, como já foi referido pelos deputados que me precederam, pelo atual Governo, apesar de este ter prometido que mal fosse Governo iria repor a anterior divisão administrativa. E se bem se



lembram, já passaram 3 anos, porque este Governo tomou posse em 26 de novembro de 2015. É demasiado tempo. -----

Então pergunto: não se terão enganado os senhores deputados do Bloco de Esquerda? É que o PSD de Santa Maria da Feira já clarificou, há 2 anos, o seu apoio à reposição das freguesias. Só estamos a aguardar, aliás, como todo o resto do País, que o vosso Governo, o seu Governo, senhor deputado Moisés Ferreira, cumpra o que prometeu. -----

E, por isso, eu comecei por adjetivar esta moção do Bloco de Esquerda como uma desnecessidade. Então, qual o motivo da sua apresentação neste momento? Somente uma tentativa de iludir as pessoas, de distrair os feirenses, lançando uma cortina de fumo sobre as severas críticas feitas ao senhor deputado Moisés Ferreira, e não só pelo grupo Social-democrata, na Assembleia Municipal do passado dia 26, relativamente ao facto de ter subscrito o projeto de lei que visa a integração de Milheirós de Poiares no concelho de São João da Madeira. Uma triste memória, senhor deputado Moisés Ferreira. -----

Eu admitia até que já não o iria encontrar nesta Assembleia porque teria tomado consciência que os nossos atos têm consequências e que se não pode servir, com coerência, a todos os senhores. O Bloco, em Santa Maria da Feira, tem razão para andar desorientado. Mais do que desorientado, eu diria até em desassossego e de consciência pesada, de cabeça baixa. E, daí, esta vã tentativa de, agora, se querer assumir como o grande defensor da reposição das freguesias extintas. Vamos esperar. Vamos esperar porque, antes disso, é bom que nos lembremos da resposta a esta pergunta: quem defende a unidade do concelho de Santa Maria da Feira? Quem a defende? Quem a defende, senhores deputados do Bloco de Esquerda? Esta é a questão verdadeiramente essencial. -----

É tempo de o Bloco de Esquerda se deixar das costumeiras atitudes populistas, demagógicas, descontextualizadas, porque como ficou demonstrado no passado dia 26, estas atitudes não encontram eco nesta Assembleia.” -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que, aludindo à moção apresentada pelo BE pela reposição das freguesias extintas, disse querer fazer o reparo de que a moção visa, essencialmente, atingir o CDS-PP, realçando que os considerandos da moção não permitem um diálogo construtivo do assunto, tal como se devia pretender. Referiu também verificar que a moção não menciona, em nenhum momento, a reposição das 31 freguesias do concelho de



Santa Maria da Feira, comentando saber que a vontade do BE é que a freguesia de Milheirós de Poiares vá para o concelho de São João da Madeira e que o BE já dá essa situação como adquirida. -----

Concluindo disse que, neste momento, o CDS-PP está mais preocupado com o desenvolvimento das 31 freguesias do concelho de Santa Maria da Feira do que em criar discórdia entre os feirenses, ressaltando que se vier a haver um decreto-lei para reverter as freguesias extintas então que o CDS-PP o acompanhará. -----

Interveio a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE), salientando querer deixar duas notas a respeito da intervenção feita pela deputada municipal Maria José Santos, do grupo municipal do PSD. Referiu que a primeira nota é que, se calhar, a palavra “extintas” não é uma redundância porque o discurso do PSD foi sempre de que nunca extinguiu freguesias, que apenas as reorganizou, mas hoje acabou de admitir que realmente extinguiu freguesias pelo que, portanto, talvez a utilização da palavra “extintas” não seja uma redundância. -----

Quanto à questão da utilidade da moção disse considerar que o BE não falha no objeto e no objetivo uma vez que, da última vez que apresentou uma proposta sobre o tema na Assembleia da República, em 22 de dezembro de 2016, o PSD votou contra. Concluindo frisou que, portanto, a posição do PSD nesta Assembleia Municipal é uma mas que na Assembleia da República é outra, pelo que a questão que se coloca é qual é mesmo a posição do PSD no que respeita a esta matéria. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– Moção “Pela reposição das Freguesias extintas”, apresentada pelo BE: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 47 votos a favor (PSD: 28, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU:1, IND: 1), aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Entrou o membro *Justino Pinto*. -----

– Proposta “Criação de uma comissão de acompanhamento das Áreas de Reabilitação



Handwritten initials and signature

Urbana”, apresentada pelo CDS-PP: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 28 votos contra (PSD), rejeitar a proposta em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer intervir para, por exemplo, colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Filipe Moreira. -----

Entraram os membros Juliana Rocha, Manuel Pereira Santos, António Valdemar Ribeiro, Luís André Santos, Armando Teixeira e José Carlos Silva. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que queria colocar uma questão à Câmara sobre um assunto que tem feito correr bastante tinta na comunicação social, questionando se existem, ou não, trabalhadores precários na empresa municipal Feira Viva e, se sim, quantos são e há quanto tempo estão nessa situação precária que, segundo tudo indica, se arrasta há vários anos. -----

Referiu que outra questão diz respeito à marcação rodoviária, nomeadamente de estradas na sede do Município. Disse saber que tem havido sucessivos atrasos e que há freguesias que estão à espera da marcação rodoviária horizontal nas suas estradas há mais de um ano, questionando o porquê de tais lamentáveis atrasos, fazendo sobressair que tal sinalização ainda é mais importante no inverno por questões de luminosidade. -----

Salientou que outra questão que também fez correr alguma tinta na comunicação social e que considera importante ser esclarecida pela Câmara é relativa ao Europarque. Disse ter saído uma notícia no Jornal de Negócios que dizia que o Europarque, desde que passou para a esfera municipal, tem estado com menos atividade e a dar prejuízos. Relembrou que tal infraestrutura foi construída com o apoio do Governo, na altura, do Prof. Cavaco Silva, de cerca de 35 milhões de euros e que, mais tarde, quando passou para a esfera pública, foram gastos mais 30 ou 35 milhões de euros, pelo que já estão investidos no Europarque mais de 60 milhões de euros. Ressaltou que o Europarque é uma infraestrutura importante para a região



Norte e para o País, pelo que preocupa à CDU as notícias que saíam porque os prejuízos do Europarque são prejuízos para o Município e para o erário público. Solicitou esclarecimentos à Câmara quanto a esta situação, questionando qual a perspetiva que a Câmara tem para reverter estes números do Europarque. -----

Concluindo, questionou à Câmara quanto é que é cobrado às instituições e associações do Município pelo uso da sala do Cineteatro António Lamoso, fazendo sobressair que o Cineteatro já é uma referência da Cultura do Município e que é bastante importante para as associações uma vez que não há, no Município, muita oferta de salas que possam ser usadas por essas mesmas associações. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que, começando por aludir ao Europarque, disse que aquele equipamento é o verdadeiro retrato dos negócios do PSD, que foi inaugurado por Cavaco Silva e nacionalizado por Passos Coelho para safar as dívidas da Associação Empresarial de Portugal (AEP), tendo sido integrado no Município para gestão municipal, por Emídio Sousa, como forma de transferir o prejuízo dos privados para a conta do Município. Realçou que, depois de muitos anúncios e promessas, afinal o défice do Europarque agravou-se e é o Município, obviamente, que está a pagar essa decisão gravosa. -----

Disse ser sabido que o Sr. Presidente da Câmara não se dá muito bem com os números, que confunde salários de mil e tal euros com um salário mínimo, que confunde centenas de empregos da Amy's Kitchen com um número igual a zero, mas que, mesmo assim, arriscava a perguntar-lhe se se recorda do que havia dito, em fevereiro de 2015, quando afirmou que a manutenção do Europarque custaria 300 mil euros ao ano e que as receitas seriam de 750 mil euros ao ano. -----

Referiu, sobre isso, que o resultado do estudo apresentado na semana anterior mostra que, com a passagem da gestão do Europarque para a Feira Viva, a faturação caiu para 383 mil euros, que o EBITDA está nos 392 mil euros negativos e que a atividade caiu 21%, pelo que questionou ao Sr. Presidente da Câmara se estava em condições de admitir que errou redondamente e que causou um prejuízo enorme para o Município quando aceitou fazer a gestão municipal do Europarque, questionando ainda qual o valor do prejuízo que essa decisão acarretou. -----

Prosseguindo, disse também querer colocar uma questão relacionada com os animais errantes,



salientando que o número de animais errantes continua a aumentar no Concelho e que a Câmara Municipal continua literalmente a assobiar para o lado, saudosa do abate massivo que anteriormente era possível fazer à luz da lei. Disse que o Município teve dois anos para se preparar para a entrada em vigor da nova lei, mas, na verdade, nada fez porque simplesmente não quer saber dos direitos dos animais e não quer saber desta área da política municipal. Referiu que a indiferença na questão dos animais levou ao sucessivo adiamento na implementação de infraestruturas e de um regulamento para o bem-estar animal, fazendo sobressair que o BE já propôs, nesta Assembleia Municipal, a criação desse regulamento mas que tal proposta foi chumbada pelo PSD com o argumento de que estavam a ser criadas as condições para a criação do mesmo, realçando que o PSD mentiu porque esse regulamento não existe. Questionou ao Sr. Presidente da Câmara se esse regulamento vai ou não ser uma realidade, se vai ou não sair das intenções e das declarações mais ou menos tonitruantes que foram feitas na Assembleia Municipal. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Moisés Ferreira questionou se o centro veterinário municipal vai, ou não, ser uma realidade, e se nele vão ser prestados cuidados e serviços como a esterilização dos animais. -----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que na Avenida do Corvo, em Arrifana, próximo do quartel dos Bombeiros, existe o silvado mais famoso do Concelho. Referiu trazer esta questão porque, durante o último ano, a mesma tem sido constantemente colocada na respetiva Assembleia de Freguesia e o Sr. Presidente da Junta declarou ter baixado os braços porque não consegue encontrar soluções para a situação. Questionou à Câmara Municipal se tenciona tomar providências para tornar aquele espaço atrativo e com a dignidade que merece.-----

Prosseguindo disse que o Sr. Presidente da Câmara, na sessão da Assembleia Municipal realizada em setembro último, anunciou que estavam bem encaminhadas as negociações com vista à aquisição de alguns dos terrenos envolventes ao Castro de Romariz, questionando se algum desses negócios se concretizou e, se sim, qual a área dos terrenos e qual o montante pelo qual foram adquiridos.-----

Referiu que outra questão se prende com a Estrada Nacional 109-4, fazendo sobressair que o troço que vai do limite da freguesia de Fornos até ao corte para a Inatel tem muito



movimento, tanto ao nível de peões como de viaturas, e que tem uma deficiência muito grande no que respeita a passeios. Saliu que nos períodos em que se realizam eventos no centro de Santa Maria da Feira, e não só nesses períodos, tal estrada é muito usada, sendo muito perigosa sem a construção dos devidos passeios. Concluindo a sua intervenção, questionou se a Câmara tem intenções de contruir passeios no troço mencionado.-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por questionar à Câmara qual o ponto da situação relativamente à fiscalização dos lotes das zonas industriais em que não foram construídas fábricas, designadamente a situação da reversão dos lotes a favor da Câmara Municipal.-----

Perguntou como é que a Câmara Municipal tem visto as soluções engenhosas que têm sido apresentadas, como a que foi presente à Câmara Municipal há algum tempo em que, em vez de construir a fábrica, foi feita uma caução de 60 mil euros quando é sabido que tais lotes se vendem por 150 ou 200 mil euros. Realçou que, no caso de o empresário entender não construir a fábrica, a Câmara fica com a caução mas, depois, ele pode vender o lote por 200 ou 300 mil euros, não estando, portanto, a construção da fábrica garantida.-----

Referiu haver soluções ainda mais engenhosas, dando nota que há empresas que, para explorar lotes nas zonas industriais, licenciam uma construção com 50 m², que deve ser a portaria do eventual pavilhão e, com isso, cumprem a obrigação de construir um pavilhão, ficando a Câmara impávida e serena perante tais situações.-----

Questionou, ainda, o que fez a Câmara para fiscalizar a venda das quotas das sociedades que detêm esses lotes, fazendo sobressair que, muitas vezes, se vendem um lote vendendo-se a sociedade, com elevados proveitos económicos, ficando nessas situações a Câmara sem o dinheiro remanescente da venda do lote e sem a fábrica lá construída.-----

Disse também querer colocar uma questão sobre os animais errantes que costumam estar na rotunda junto ao Hospital São Sebastião, comentando ser usual ver-se naquele local ajuntamentos de 6, 7, 8 cães. Referiu que, inclusivamente, presenciou esses cães virarem-se a um idoso que por ali passava, o qual tentava afastá-los com o guarda-chuva, frisando ser um problema que urge resolver.-----

Em relação ao Europarque disse perceber que se tenha feito um estudo para tentar que o equipamento dê resultado mas que, na sua opinião, o mesmo vem com dois anos de atraso.



Salientou que o PS, e outros, disse que a Câmara não se podia demitir daquele equipamento que está no Concelho mas alertou para a necessidade de se pensar bem antes de assumir a gestão do mesmo, ressaltando que a Câmara assumiu antes de pensar e, agora, o Europarque dá prejuízos e o estudo ainda veio agravar esses prejuízos porque é preciso pagá-lo. -----
Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino reafirmou que o estudo deveria ter sido realizado no início, questionando ao Sr. Presidente da Câmara se ia arrear caminho em relação ao que disse inicialmente, de que o Europarque ia apresentar resultados positivos quando, afinal, dá prejuízo. -----

Interveio a deputada municipal *Carla Pinto* (PS) que começou por aludir à ETAR da Remolha para dizer que esta Assembleia Municipal aprovou uma recomendação à Câmara no sentido de a mesma fazer o acompanhamento da situação daquele equipamento, questionando, nessa medida, qual o ponto da situação da ETAR da Remolha. -----

Disse que outra questão tem a ver com a via estruturante Espargo-Paços de Brandão, que passa na zona envolvente ao Europarque, fazendo notar que a mesma continua sem a marcação da sinalização horizontal, e que, tratando-se de uma zona bastante movimentada, o facto de não haver tal marcação torna essa estrada bastante perigosa, principalmente no inverno. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Fátima Oliveira* (PS) que começou por dizer que a sua intervenção vem no seguimento da que efetuou na sessão de junho último, e que tem a ver com as Termas de S. Jorge e a sua envolvente. -----

Referiu que, volvido quase meio ano, gostaria de saber o ponto da situação da participação da Câmara na Sociedade de Turismo, acrescentando saber que não houve interessados na compra dessa participação pelo que gostava de saber qual a perspetiva da Câmara em relação a isso. ---

Salientou que, neste contexto, gostaria de deixar uma sugestão que tem vindo a ser mencionada pelo Partido Socialista há vários anos, e que se prende com a necessidade de se criar algum benefício para os residentes em Caldas de São Jorge. Frisou que as Termas é um ex-libris do Concelho mas que o facto é que está situada em Caldas de São Jorge e que aquela freguesia não tem grandes, ou nenhuns, benefícios por isso. Sugeriu que, no seguimento do que consta no Orçamento Municipal para 2019, na parte em que refere o reforço da parceria



com a Sociedade de Turismo no que respeita às inscrições dos funcionários da autarquia no balneário termal bem como refere o programa termal sénior, seja também criado um programa especial para os residentes em Caldas de São Jorge.-----

Salientou que outra questão tem a ver com o hotel a ser construído em Caldas de São Jorge, fazendo notar que o Sr. Presidente da Câmara, na sessão da Assembleia realizada no passado mês de junho, referiu que iria ter uma reunião com o investidor para saber se efetivamente ele iria, ou não, concretizar o projeto. Disse que o grupo municipal do PS compreende e aceita que, dadas as circunstâncias, tenha sido dado um prazo alargado ao investidor mas que, nesta fase, considera que já ninguém entende o porquê de a Câmara manter o impasse e não fazer reverter a propriedade do terreno, até porque pode haver outros investidores interessados. -----

Referiu que a última questão tem a ver com o projeto de requalificação da envolvente às Termas de S. Jorge, ressaltando que no Orçamento está definida uma verba de 141 mil euros, distribuídos de 2019 a 2022, que presume seja para esse efeito. Disse que, apesar do projeto estar em elaboração e ainda não ser público, já tem feito correr muita tinta nas redes sociais, havendo quem afirme que o projeto desvirtua completamente as características do local, questionando se a Câmara prevê a abertura de uma consulta pública para este projeto. -----

Frisou que aquela zona é muito sensível para a população caldense, que faz parte das recordações de infância e de juventude de muitas pessoas, não só dos residentes em Caldas de S. Jorge como também nas freguesias limítrofes, pelo que considera que seria interessante e muito importante abrir ao público a discussão deste projeto para que as pessoas possam dar a sua opinião e o seu contributo. -----

Concluindo a sua intervenção pediu ao Sr. Presidente da Câmara para que considere, com muito carinho, tal proposta de abertura deste projeto à consulta pública, até porque também terá as suas recordações daquela zona.-----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Começando pelas questões colocadas pelo membro Filipe Moreira referiu não existir trabalhadores precários na empresa municipal Feira Viva. Disse ser um assunto que tem sido sucessivamente levantado em algumas reuniões da Câmara, pelo que pediu uma análise técnica no interior da empresa e, pela informação que lhe foi dada, a Feira Viva não tem trabalhadores precários. -----



Em relação à falta de sinalização horizontal em algumas estradas fez notar que foi concluída a 1.ª fase da pintura da sinalização horizontal, relativa às 3 primeiras fases de pavimentações de arruamentos do Concelho, estando a ser preparado o processo para fazer a 2.ª fase da pintura da sinalização horizontal. -----

Sobre a questão do Europarque disse não ter compreendido a notícia que saiu no Jornal de Negócios, na sequência de um estudo que foi promovido pela Área Metropolitana do Porto e pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria que aponta caminhos para a internacionalização do Europarque, comentando ser esse o próximo passo do Europarque. -----

Disse julgar que qualquer pessoa nota a diferença da gestão do Europarque após a Câmara a ter assumido em relação àquela que até então era feita, fazendo sobressair que, desde o início, existiu a plena consciência que, nos primeiros anos, o Europarque iria ter algum défice de exploração, e que isso estará inclusivamente documentado num estudo que foi feito, na altura, pelo Diretor da empresa municipal Feira Viva. Frisou que esse défice está a acontecer dentro das previsões, ressaltando que a estratégia de gestão do Europarque, como qualquer um pode perceber, passa pelo grande número de eventos que ali se realizam, dando nota que, no ano de 2018, serão atingidos os 300 eventos. Salientou que se optou por, nos primeiros anos, praticar preços mais baixos em relação aos concorrentes em volta precisamente para conseguir ressuscitar e pôr o Europarque no caminho dos eventos. -----

Frisou haver uma mais-valia que julga não apresentar dúvidas para ninguém e que não é fácil de medir, que é o verdadeiro Parque da Cidade que o Europarque hoje é, convidando a quem ainda não viu isso a visitar o Europarque ao fim de semana, ou até durante a semana, para perceber a quantidade de pessoas que vão para ali praticar exercício físico e desporto. -----

Fez sobressair que o Europarque vai ser o grande polo de desenvolvimento do território do concelho de Santa Maria da Feira nos próximos anos, que não tem dúvidas quanto a isso até por tudo aquilo que está a acontecer dentro e em torno do Europarque, reafirmado não ter compreendido a notícia saída no Jornal de Negócios porque o estudo em causa não diz nada daquilo que saiu na notícia, comentando que, por vezes, tais notícias resultam de alguma má perceção das informações. -----

Em relação ao preço da sala do Cineteatro António Lamoso disse haver um regulamento de utilização que prevê que o preço do auditório por hora é de 150 €, que é 1.100 € por 8 horas, prevendo ainda a possibilidade de as associações terem uma isenção até 50% dos custos.



Frisou que tudo isso está regulamentado e que é igual para todos. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara passou a aludir às questões colocadas pelo membro Moisés Ferreira, fazendo notar que já havia respondido à questão sobre o Europarque. Sobre a acusação de que não sabe fazer contas, referiu ter feito matemática e que não foi para Ministro da Saúde sem saber fazer contas. Disse orgulhar-se de, ao longo dos seus 30 anos de carreira na Administração Pública, ser um bom gestor e de saber fazer contas, comentando que o Moisés Ferreira, se dúvidas tiver quanto a isso, iria ter oportunidade de ver as contas da Câmara Municipal ainda no decorrer desta sessão, aquando da apreciação do Plano e do Orçamento para 2019, e perceber o que é trabalhar com números e, ao mesmo tempo, fazer obra. -----

Sobre o problema dos animais errantes disse ser um problema comum a todos os municípios, dando nota que a Associação de Municípios das Terra de Santa Maria está a trabalhar nesta matéria e que está a ser preparado o processo da empreitada para a ampliação do canil intermunicipal, que vai ver duplicada a sua capacidade. Disse que o problema dos cães abandonados é grave, que há municípios onde a situação ainda é mais grave, com casos de pessoas que são atacadas por matilhas de cães, ressaltando que, em Santa Maria da Feira, está-se a fazer tudo o que é possível para minimizar o problema, como a esterilização e a realização de campanhas de adoção muito fortes. Referiu julgar que as medidas de esterilização só terão efeitos a médio prazo, que o problema só vai estar controlado daqui por alguns anos e que, entretanto, é preciso fazer todos os possíveis para minimizá-lo-----

Sobre as questões colocadas pelo membro Ângelo Santos disse, quanto à situação de um silvado em Arrifana, que iria recomendar ao Sr. Vereador do respetivo pelouro para ver exatamente do que se trata. -----

Em relação à compra de terrenos na envolvente do Castro de Romariz informou que alguns já estão negociados, estando-se a avançar para as respetivas escrituras, mas que ainda não estão todos, faltando negociar alguns terrenos. -----

Relativamente aos passeios no troço entre o farinheiro, em Fornos, e a INATEL, disse não haver nada previsto mas que iria pedir ao Sr. Vereador para analisar essa situação porque também considera que faz todo o sentido fazer ali um passeio para garantir a segurança dos peões, acrescentando que aquele troço não estava sob a gestão da Câmara mas que agora está, tendo sido recentemente desclassificado. -----



Sobre as questões colocadas pelo membro Sérgio Cirino disse ter ficado surpreendido com a afirmação que o mesmo fez a respeito do caso dos 60 mil euros que o proprietário de um lote de uma zona industrial entregou à Câmara como garantia. Explicou que este empresário precisa de um financiamento para construir a fábrica e, para poder dar como ónus o terreno que comprou à Câmara, tinha que libertar esse ónus e, para tal, pagou à Câmara 60 mil euros como garantia, salientando que esse é o valor justo do terreno. Frisou não haver nenhuma falcatrua, que o que há é um negócio de uma pessoa empreendedora que, provavelmente, vai criar postos de trabalho, fazendo sobressair que isto é economia, que é a vida dos empresários, pelo que ficou surpreendido com o proferido pelo membro Sérgio Cirino a respeito desta situação. -----

Sobre a questão da venda de quotas das sociedades disse ser o mercado e a economia a funcionar, que são as pessoas a comprar e a vender as coisas que quiserem, questionando que razão teria a Câmara para se meter nesses negócios. Frisou que aquilo que pretende é que os negócios das empresas corram bem e que as boas regras sejam cumpridas. -----

Em relação à questão da ETAR da Remolha, colocada pela deputada municipal Carla Pinto, disse ser um assunto que considera estar já esclarecido, dando nota que foi feita uma visita àquela ETAR, na qual esteve presente a entidade que tem a responsabilidade de gerir aquele equipamento, que é a empresa Águas do Centro Litoral, e que não se detetou nenhum problema pelo que, a priori, a ETAR está a funcionar bem. -----

Informou, quanto à via estruturante Espargo-Paços de Brandão, que está a decorrer o processo de concurso para fazer a empreitada de reabilitação. -----

Relativamente à questão colocada pela deputada municipal Fátima Oliveira relacionada com o processo de venda da participação que a Câmara tem na Sociedade de Turismo, disse que, tal como era expectável, não houve interessados pelo que a Câmara mantém essa participação e o modelo de gestão continua o mesmo. Explicou que, por razões de cumprimento da legislação sobre a participação da Câmara em outras entidades, a Câmara teve que pôr a sua quota à venda para não poder ser acusada de alguma infração financeira, e assim o fez, mas, não tendo havido interessados, tem uma justificação para continuar a participar na Sociedade de Turismo, caso contrário teria que sair dela e isso seria desastroso porque a mesma dá prejuízo. Em relação aos alegados benefícios para os habitantes de Caldas de São Jorge, realçou que aquela freguesia já tem o benefício de ter ali o equipamento das Termas e de ter alguns



negócios associados ao mesmo. Fez notar que as Termas ainda são deficitárias na sua exploração, ressaltando que, apesar disso, às vezes são feitas algumas campanhas, realçando que, por exemplo, vão ser feitas campanhas para incentivar os mais idosos a frequentar aquela instância termal. -----

Acrescentou que havia a expectativa do aumento da atividade das Termas de S. Jorge porque foi aprovado, no Orçamento de Estado para 2018, a comparticipação nas despesas dos tratamentos termais por parte do Estado, dizendo que tal não chegou a ser implementado mas que espera que venha a ser, caso contrário as pessoas, principalmente as mais idosas, não têm dinheiro para pagar os tratamentos. Lamentou que ainda se use muito, em Portugal, no que respeita à Saúde, o tratamento com medicamentos quando o tratamento preventivo, que é aquele que muitas vezes é proporcionado pelas termas, é melhor para as pessoas, acrescentando estar convencido que quando essa comparticipação vier a ser implementada o défice de exploração das Termas de S. Jorge será, pelo menos, minimizado. -----

Relativamente à construção do hotel disse que, tal como já havia informado esta Assembleia, realizou-se, em maio ou junho passado, uma reunião com o investidor que comprou o terreno a preço simbólico com a condição de construir o hotel. Disse que a Câmara vai voltar a reunir com o investidor para tentar que ele aceite abdicar do terreno ou avançar com a construção do hotel, comentando que prefere levar a coisa a bem do que ter um litígio em tribunal até porque tais questões são sempre complicadas e os tribunais demoram muito tempo a decidir. -----

Sobre a solicitação para colocar o projeto da reabilitação da envolvente das Termas a consulta pública, disse saber que é assunto muito polémico e que há muita gente pronta para fazer sangue, fazendo sobressair que aquilo que pretende é que aquela envolvente fique bem. -----

Referiu recordar-se que, há uns meses, quando a Câmara decidiu retirar alguns equipamentos do parque infantil por uma questão de prevenção e de segurança, houve uma campanha intensa contra a Câmara e muitas pessoas não compreenderam, ou foram instigadas a não compreender, a razão porque tal foi feito. Salientou que se a Câmara tivesse lá deixado os equipamentos e se tivesse ocorrido algum acidente, se alguma criança ficasse ferida ou até tivesse morrido, toda a gente iria culpar a Câmara, pelo que esta preferiu não arriscar e optar por retirar os equipamentos daquela área que é muito querida das pessoas. -----

Concluindo fez notar que, entretanto, foram colocados naquele parque infantil equipamentos adequados e que, a seguir, vai ser feita a reabilitação de toda a envolvente das Termas de S.



Jorge, acrescentando que a respetiva Junta de Freguesia tem acompanhado este processo passo a passo e que, logo que o projeto esteja concluído, será certamente tornado público. -----

Usou novamente da palavra o membro *Sérgio Cirino* (PS) para dizer, em relação à questão das quotas das sociedades, que também é a favor do funcionamento do mercado, que também é a favor que as pessoas podem comprar o que quiserem, mas que para ilustrar melhor aquilo que queria dizer ia dar um exemplo prático. -----

Mencionou o exemplo de uma sociedade que compra, numa zona industrial do Concelho, um lote por 50 mil euros e, depois, está durante anos a prorrogar o prazo para construir a fábrica. Referiu que, entretanto, passados 5 ou 10 anos, como para vender o lote a sociedade tinha de pedir autorização à Câmara, e não tendo a sociedade qualquer outro património além desse lote, para não pedir autorização à Câmara vende a sociedade por 300 ou 400 mil euros. Salientou que a Câmara recebeu os 50 mil euros e a sociedade, depois, vende a alguém as suas quotas por um montante muito superior. -----

Disse que outra situação é quando o investidor, em vez de construir um pavilhão no lote que comprou, constrói apenas uma pequena entrada, com 50 metros, que vai dar para o futuro pavilhão, e a Câmara dá por cumprida a obrigação de construir o pavilhão na zona industrial.---

Interveio novamente o *Sr. Presidente da Câmara* para dizer que o membro Sérgio Cirino estava a incorrer num erro crasso, esclarecendo que a constituição ou a venda das sociedades tem que ser autorizada pela Câmara. Referiu ser bom que as pessoas saibam disto porque, depois, sendo tais coisas ditas no jornal sem que haja uma possibilidade de defesa, parecem ser verdade, comentando que quando há a possibilidade de defesa claramente se consegue provar que não correspondem à verdade. -----

Salientou que, no início das zonas industriais no Concelho, houve muitos casos em que a pessoa comprou um terreno no nome pessoal, para mudar a sua unidade que estava no meio da aldeia ou no meio da freguesia e, a seguir, passados 5 ou 10 anos, até porque houve situações em que a Câmara demorou no processo da compra dos terrenos e na legalização dos lotes, quando decidiram construir, passaram do nome pessoal para o nome de uma sociedade, em que está o marido e a mulher, como uma pequena fábrica de rolhas ou assim do género.-----
Fez notar que a maior parte dos casos tiveram a ver com a constituição de sociedades e que a



Câmara autorizou essas transmissões, frisando ter sido isso que aconteceu. Fez sobressair que, quando há uma verdadeira e genuína vontade de construir, a Câmara normalmente autoriza, acrescentando que nunca houve transmissão de lotes ou venda a sociedades sem que a Câmara o autorizasse.-----

Concluindo a sua intervenção disse que, neste momento, grande parte das situações, que até são antigas, estão autorizadas, que a Câmara está a monitorizar todos esses casos, ressaltando que pode haver um ou outro caso em que pode ainda haver uma reversão, fazendo notar que esses casos até estão, geralmente, em tribunal. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 – Atas:-----

- Ata N.º 8 – Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2018-----

- Ata N.º 9 – Sessão Extraordinária de 26 de outubro de 2018-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou que apenas é submetida a apreciação dos Srs. membros a ata n.º 8, referente à sessão ordinária de 21 de setembro de 2018, dando nota que a ata n.º 9, relativa à sessão extraordinária de 26 de outubro de 2018, não ficou pronta para ser presente nesta sessão. Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata n.º 8, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu-a, de seguida, a votação. -----

Ata N.º 8 – Sessão Ordinária de 21 de setembro de 2018: -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 42 votos a favor, aprovar a ata em epígrafe. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Maria José Santos, Regina Silva, João Cunha, Serafim Guimarães, Juliana Rocha, Manuel de Almeida, Manuel Strecht Monteiro, Rosa Silva, Moisés Ferreira, Carmindo Bastos, Fernando Sousa e Firmino Costa. -----

Ata N.º 9 – Sessão Extraordinária de 26 de outubro de 2018: -----

Retirada da Ordem do Dia. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício



remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Câmara – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 12.931, em 5 de novembro de 2018 – que se faz acompanhar pelo V Relatório de 2018 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal e cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, de seguida, a apreciação.-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que disse querer pedir esclarecimentos sobre algumas das verbas que constam da listagem de obras e fornecimentos de bens e serviços adjudicados entre o dia 1 de setembro e o dia 31 de outubro de 2018.-----

Disse que a primeira diz respeito a uma verba de cerca de 15 mil euros para um serviço de catering, questionando a que se deveu esse serviço de catering.-----

Aludiu, de seguida, à verba de cerca de 669 mil euros para serviços de segurança e vigilância e à verba a rondar os 293 mil euros para serviços de limpeza às instalações municipais, totalizando quase 1 milhão de euros. Questionou se não seria mais racional, do ponto de vista de gestão dos recursos públicos, a Câmara fazer a internalização de tais serviços em vez de estar a gastar, neste caso, cerca de 1 milhão de euros do seu orçamento para contratualizar tais serviços a empresas externas de segurança, de limpeza e outras do género.-----

Referiu que a terceira verba diz respeito à substituição de revestimento feita no Europarque, de cerca de 73 mil euros, realçando serem recorrentes as rubricas relativas a despesas com o Europarque. Disse que tal aspeto lhe dava o pretexto para voltar a fazer a pergunta que fez no Período de Antes da Ordem do Dia, mas que não foi totalmente respondida, ou seja, quanto é que já se gastou e quanto é que se prevê gastar com o Europarque em 2018, bem como quais os prejuízos efetivamente registados que aquele equipamento trouxe para o Município em 2016, 2017 e 2018.-----

Salientou compreender que o Sr. Presidente da Câmara não goste de ver a notícia do Jornal de Negócios, mas que uma coisa é não gostar e outra coisa é a mesma não ser verdade, dizendo acreditar que o Jornal de Negócios, que de vez em quando tem um articulista como o Sr. Presidente da Câmara, não vai estar a emitir informação errada, pelo que dá como boa a informação vinda no Jornal de Negócios.-----



[Handwritten signatures and initials]

Concluindo, voltou a questionar qual é a despesa feita em 2018 com o Europarque e qual o prejuízo que o mesmo dá ao Município.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que fica contente por saber que o membro Moisés Ferreira lê as opiniões que emite no Jornal de Negócios, comentando que, obviamente, para se escrever no Jornal de Negócios também é preciso saber o que se escreve.-----

Sobre as verbas mencionadas que constam do documento, disse haver um lapso na verba relativa à substituição de revestimento Free Flow no Europarque, pois não é 73.410 € mas sim 7.341 €, solicitando fosse considerada essa correção.-----

Em relação à verba para a prestação de serviços de catering, informou que diz respeito a vários serviços que foram feitos ao longo de vários meses, que a Câmara vai contratualizando a empresas externas à medida que tem necessidade.-----

Quanto aos serviços de segurança e de vigilância bem como os de limpeza, fez notar que a Câmara vai manter a contratação desses serviços a empresas externas porque considera ser a melhor forma, salientando que haverão muito poucos municípios do País que não contratem externamente tais serviços porque se revela muito mais económico, ressaltando que até o Governo o faz.-----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe.-----

3 – Projeto de Lei n.º 1004/XIII (Integração da freguesia de Milheirós de Poiares, do concelho de Santa Maria da Feira, no concelho de São João da Madeira), da iniciativa dos Partidos Socialista e Bloco de Esquerda-----

- Parecer da Assembleia Municipal-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, fazendo referência aos documentos enviados, oportunamente, aos membros da Assembleia Municipal, que a seguir se identificam:-----

– Ofício do Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação – registado na Divisão de



Administração Geral sob o n.º 13.384, em 23 de outubro de 2018 –, remetido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Assunto: Projeto de Lei n.º 1004/XIII (Integração da freguesia de Milheirós de Poiares, do concelho de Santa Maria da Feira, no concelho de São João da Madeira), da iniciativa dos Partidos Socialista e Bloco de Esquerda-----

Os Partidos em referência apresentaram na Mesa da Assembleia da República uma iniciativa legislativa, visando o assunto em epígrafe.-----

Nestes termos, remeto a V. Exa. Fotocópia do referido diploma, solicitando se digne remeter, à Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, cópia autenticada de ata da reunião do Órgão a que V. Exa. preside, com o parecer emitido sobre o Projeto de Lei em apreço.-----

Com os melhores cumprimentos-----

O Presidente da Comissão, -----
(Pedro Soares).” -----

Acompanha o ofício supratranscrito o Projeto de Lei a que o mesmo se refere, que, seguidamente, se transcreve: -----

“Exposição de motivos: -----

A povoação de São João da Madeira foi freguesia da Feira até ao último quartel do século XIX (foral novo doado por D. Manuel a *Terras de Santa Maria*, em 10 de Fevereiro de 1514). Integrada posteriormente como freguesia no concelho de Oliveira de Azeméis, São João da Madeira foi elevada a concelho em 11 de Outubro de 1926. Este concelho criou-se com uma única freguesia, do mesmo nome, com cerca de 8 km² que, mantém até aos dias de hoje. -----

O concelho de Santa Maria da Feira, sede originária das já referidas *Terras de Santa Maria*, tem sido adaptado geográfica e territorialmente para a criação e alargamento de novos concelhos. Ainda assim, o concelho de Santa Maria da Feira possui, presentemente, uma elevada extensão territorial, uma ampla área administrativa e um grande número de freguesias. A confrontação do concelho de Santa Maria da Feira com os concelhos de Espinho, Gaia, Gondomar, Castelo de Paiva, Arouca, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Ovar, comprova esta realidade. -----

A grande dimensão do concelho de Santa Maria da Feira não é alheia à dificuldade em



garantir em todo o seu território a existência das infra-estruturas necessárias à qualidade de vida das suas populações, contrastando nesse aspeto com o concelho de São João da Madeira, cuja mais reduzida dimensão permitiu a realização rápida dessas infra-estruturas. -----

São João da Madeira tem-se afirmado como um inegável pólo de atração económica e social, constituindo-se, dessa forma, como um fornecedor de serviços a diversas populações de freguesias limítrofes pertencentes a outros concelhos, que ali afluem. -----

Face a esta proximidade, os fluxos económicos e sociais entre a freguesia de Milheirós de Poiães e o concelho de São João da Madeira ocorrem, há algumas décadas num processo natural, com os milheiroenses e os sanjoanenses a estabelecerem estas interligações. -----

A integração da freguesia de Milheirós de Poiães na área do município de São João da Madeira é uma medida que, além de antiga a ambição destas comunidades que se confundem nas relações diárias e que somente se separam pelo concelho a que pertencem, traduz uma opção racional de gestão do território. -----

São muitos os argumentos que aconselham a esta opção:-----

1 – Geográfica e objetivamente, a povoação de Milheirós de Poiães é contígua ao centro urbano de São João da Madeira, constituindo-se numa única mancha urbanística que se influencia mutuamente, no plano económico e social. O centro da freguesia de Milheirós dista apenas 2 mil metros do centro de São João da Madeira, mas está a 10 km do centro de Santa Maria da Feira. -----

O concelho de Santa Maria da Feira tem uma extensão territorial de cerca de 210 km², incomparavelmente superior aos cerca de 8 km² do concelho de São João da Madeira que, mesmo acrescidos os 8 km² da freguesia de Milheirós de Poiães, passará a ter 16 km² e continuará a ser incomparavelmente menor que os 202 km² do concelho de Santa Maria da Feira. -----

2 – Com base nos Censos de 2011, o concelho de Santa Maria da Feira tem 139.312 habitantes enquanto São João da Madeira possui 21.102 habitantes, o que equivale a uma densidade populacional respetivamente de 663 habitantes/ km² e 2.637 habitantes/ km². -----

A transferência dos 3.791 habitantes (Censos de 2011) da freguesia de Milheirós de Poiães para o concelho de São João da Madeira permitirá atenuar este desequilíbrio, passando o concelho de São João da Madeira a ter uma densidade populacional de 1.556 habitantes/ km² e o concelho de Santa Maria da Feira uma densidade populacional de 671 habitantes/ km².-----



3 – Existe uma continuidade natural de infraestruturas e serviços. No concelho São João da Madeira, a zona industrial das Travessas, confina com a freguesia de Milheirós de Poiares precisamente no local que esta freguesia sempre entendeu e desejou instalar atividade industrial. Os limites territoriais da freguesia de Milheirós de Poiares confinam com o quartel dos Bombeiros Voluntários, com a Escola Nacional de Bombeiros, com o pavilhão polivalente das Travessas, com o parque público das Travessas e a pista de canoagem do concelho de São João da Madeira. Os residentes numa e outra freguesia trabalham, indistintamente, em ambas, sendo maioritário o número de habitantes de Milheirós de Poiares que trabalham em São João da Madeira, face à oferta de emprego existente. A gestão territorial e administrativa instiga a que o planeamento estratégico e urbanístico das localidades se projete e concretize em conjunto, com o suporte social das populações. Uma inevitabilidade que as populações dos dois agregados já realizam, como se de um único concelho se tratasse. Estas comunidades afirmam-se numa unidade social, num convívio constante e permanente, com os milheiroenses a recorrerem a todas as estruturas sociais que São João da Madeira dispõe e lhes são acessíveis: assistência hospitalar, tribunal, estabelecimentos de ensino, mercado, comércio, biblioteca e outras infraestruturas culturais e desportivas. -----

5 – A desanexação da freguesia de Milheirós de Poiares do concelho da Feira será um processo que não condicionará o desenvolvimento de Santa Maria da Feira. Dada a reduzida dimensão relativa que a freguesia de Milheirós de Poiares representa na totalidade do concelho Santa Maria da Feira, tanto em termos de área como de população, a sua desanexação não representa qualquer alteração substancial na escala das necessidades que terão que continuar a ser satisfeitas pelos serviços daquele município. -----

Assim, os argumentos económicos, sociais e de racionalidade administrativa aconselham a transferência da freguesia de Milheirós de Poiares para o concelho de São João da Madeira. Essas mesmas vantagens têm sido reconhecidas pela expressão democrática da vontade das populações locais. Ao longo dos anos têm sido aprovadas por unanimidade diversas moções a favor da transferência da freguesia de Milheirós de Poiares para o concelho de São João da Madeira (Assembleia Municipal, Câmara Municipal, Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia de São João da Madeira) e também, por unanimidade pela Assembleia de Freguesia de Milheirós de Poiares. A população de Milheirós de Poiares pronunciou-se em 16 de



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

setembro de 2012, através de referendo local aprovado pelo Tribunal Constitucional com a pergunta “Concorda com a integração da freguesia de Milheirós de Poiares no concelho de S. João da Madeira?”, de forma inequívoca com expressivos 81% de votos favoráveis num referendo que teve uma taxa de participação superior a 50%.-----

Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados apresentam o seguinte projeto de lei:-----

Artigo 1º-----

Integração no concelho de São João da Madeira -----

A freguesia de Milheirós de Poiares, atualmente pertencente ao concelho de Santa Maria da Feira, passa a integrar o concelho de São João da Madeira, mantendo-se inalterados os limites territoriais da freguesia. -----

Artigo 2º-----

Assembleia Municipal-----

1. O presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares deixa de integrar a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira e passa a integrar a Assembleia Municipal de São João da Madeira. -----

Artigo 3º-----

Património-----

1. O património pertencente ao Município de Santa Maria da Feira, localizado na freguesia de Milheirós de Poiares passa a integrar o património do Município de São João da Madeira. -----

2. O Município de São João da Madeira substitui o Município de Santa Maria da Feira como parte das relações contratuais que tenham como objeto a utilização do património referido no número anterior. -----

3. No caso dos bens imóveis do domínio privado do Município de Santa Maria da Feira, atualmente não afetos ao à realização da respetiva atribuições, o Município de São João da Madeira compensa Município de Santa Maria da Feira pelo respetivo valor económico. -----

Artigo 4º-----

Efeitos jurídicos e financeiros-----

1. Consideram-se referidas ao concelho de São João da Madeira todas as referências legais ou regulamentares ao Município de Santa Maria da Feira que digam respeito à freguesia de Milheirós de Poiares. -----



2. A presente lei constitui título bastante para todos os efeitos legais decorrentes do disposto nos artigos anteriores, incluindo os efeitos matriciais e registrais. -----

3. Na determinação das transferências do Orçamento do Estado para os municípios de Santa Maria da Feira e São João da Madeira, a realizar a partir da entrada em vigor da presente Lei, tem-se em conta a integração da freguesia de Milheirós de Poiares no Município de São João da Madeira.-----

4. As autoridades administrativas competentes procederão à prolação e execução de todos os atos necessários à discriminação dos bens, direitos e obrigações, bem como das posições legais, judiciais e contratuais a transferir entre os municípios envolvidos.-----

Artigo 5º -----

A presente lei entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2019. -----

Assembleia da República, 26 de julho de 2018-----

As(os) Deputadas(os)-----

Fernando Rocha Andrade (PS), Moisés Ferreira (BE), Rosa Maria Bastos Albernaz (PS), Filipe Neto Brandão (PS), Porfírio Silva (PS), Carla Tavares (PS), Jorge Costa (BE).” -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* deu ainda nota que fez distribuir aos membros desta Assembleia o extrato da ata da reunião camarária de 5 de novembro de 2018, na parte relativa ao assunto em questão, bem como a proposta do Sr. Presidente da Câmara que foi discutida na mesma, para que se pudessem inteirar dos mesmos.-----

Explicou que este assunto foi objeto de deliberação na última sessão da Assembleia mas que, posteriormente, chegou o pedido de parecer da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, tendo a Mesa entendido que, por um princípio de prudência, o assunto devia voltar a ser objeto de deliberação, pelo que o inseriu na Ordem do Dia desta sessão. Salientou que, no fundo, foi adotado o mesmo procedimento da Câmara Municipal, que também já se havia pronunciado e voltou a pronunciar-se.-----

Referiu que, nesse sentido, a proposta da Mesa é a de manter exatamente os mesmos termos da deliberação tomada na sessão extraordinária de 26 de outubro último, ou seja, rejeitar, sem quaisquer considerandos, o Projeto de Lei n.º 1004/XIII.-----

Posto isto, questionou se algum dos membros pretendia intervir relativamente a esta matéria.--



O membro *Manuel Strecht Monteiro* (PS) pediu a palavra para dizer que, sendo os termos propostos para deliberar exatamente os mesmos, entende que os sentidos de voto deveriam ser também iguais, ou seja, quem votou contra voltar a votar contra e quem votou a favor voltar a votar favoravelmente, ao que o *Sr. Presidente da Assembleia* fez sobressair que os membros presentes nesta sessão não são exatamente os mesmos que estiveram presentes na sessão extraordinária realizada no passado dia 26 de outubro, comentando contudo que, pela coerência política, presumia que os grupos municipais iriam votar, na maioria da sua composição, de modo igual. -----

De seguida, verificando que mais nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 49 votos a favor (PSD: 34, PS: 13, CDS-PP: 1, CDU: 1), 4 votos contra (BE: 2, IND: 1, PS: 1 – Carla Adriana Pinto) e 1 abstenção (PS – Manuel de Almeida), rejeitar o Projeto de Lei n.º 1004/XIII (Integração da freguesia de Milheirós de Poiares, do concelho de Santa Maria da Feira, no concelho de São João da Madeira). -----

Saiu o membro José Manuel Leão. -----

4 – Mapa de Pessoal para 2019 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, a que se refere a deliberação camarária de 29 de outubro de 2018 e restante documentação que a acompanha – documentos enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritos. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----



E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor (PSD: 33, CDS-PP: 1, PS: 2 – Fernando Sousa e Francisco Andrade) e 17 abstenções (PS: 13, BE: 2, CDU: 1, IND: 1), aprovar o Mapa de Pessoal dos serviços municipais para o ano de 2019 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Reentrou o membro José Manuel Leão. -----

Saiu o membro Manuel Strecht Monteiro. -----

5 – Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2019-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, a que se refere a deliberação camarária de 29 de outubro de 2018 e restante documentação que a acompanha – documentos enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritos.-----

O membro *Filipe Moreira* (CDU) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----
“Esta é daquelas discussões, nós aqui temos falado tanto da Assembleia da República que, se calhar, dava jeito fazer uma discussão do Orçamento como na Assembleia da República, no geral e, depois, íamos à especialidade. E, aí, a discussão ficava muito mais rica porque, como sabemos, os partidos que têm menos representatividade têm muitos poucos minutos para fazer uma abordagem total ao Orçamento, e acaba sempre por ser uma abordagem muito na rama. --
A verdade é que neste Orçamento, à semelhança de outros, surgem uma série de intenções por parte da Câmara Municipal, muitas delas sem reflexão em ações do passado. Há aqui uma repetição de alguns pontos que têm sido referidos ao longo dos anos e que, depois, não se tem visto que eles avancem, que se concretizem, e alguns deles iremos aludir na nossa intervenção. -----

Como sabemos o nosso Município padece de graves problemas de mobilidade, e que este



Orçamento parece não querer resolver, nomeadamente na questão das barreiras arquitetónicas. E nós temos um Município que está pejado de barreiras arquitetónicas, está pejado de passeadeiras em sítios que não se compreende, está pejado de estradas que não têm as dimensões que deviam ter porque foram caminhos que foram alcatroados, o que é compreensível. É incompreensível é que não se faça mais para resolver este tipo de problemas, como a questão, por exemplo, dos passeios, que foi aqui trazida pelo CDS. -----

Do ponto de vista da Cultura notámos algumas melhorias ao longo do último ano, nomeadamente a agenda de alguns eventos descentralizados noutras freguesias, o que saudámos. É algo que nós temos defendido ao longo dos anos e é evidente que saudamos esta iniciativa, mas entendemos que a Câmara Municipal poderia ir mais longe, até numa descentralização dos grandes eventos, pode haver eventos que ocorram ao longo do ano e que estejam relacionados com estes grandes eventos culturais do Município. -----

E poderíamos ir, também, mais longe no PAPC, que entendemos que é demasiado burocrático, principalmente para as associações mais pequenas. O Sr. Presidente anunciou aqui um pack, no fundo, que esperemos que seja menos burocrático do que o PAPC e que facilite às associações mais pequenas e que têm menos meios de concorrerem e de beneficiarem também de apoios por parte da Câmara Municipal. -----

No ponto de vista da Cultura, não está no programa, ou pelo menos não o encontramos, esperemos que a Câmara Municipal, no próximo ano, valorize aquilo que é o património industrial do município de Santa Maria da Feira, tendo como centralidade o Museu do Papel. Como sabemos, o município de Santa Maria da Feira é um município fortemente industrializado, com muita cultura da indústria, com um passado muito forte na indústria, seja na cortiça, seja no papel, seja no calçado, e poderíamos ter, à semelhança de outros municípios, uma rota turística, por exemplo, pelos grandes pontos de interesse de turismo industrial, que é, aliás, é uma área do Turismo que tem estado em franca expansão. -----

No respeitante às obras, temos muitas dúvidas dos 100 Km de estrada anunciados por parte do PSD, da Câmara Municipal, temos muitas dúvidas que sejam cumpridos, até pelo passado recente desta questão. -----

Deixamos aqui uma questão relativamente aos passadiços, por exemplo, em Canedo. Fez a referência aos passadiços de Fiães, e a questão aqui é se os passadiços em Canedo irão, ou não, avançar no próximo ano, até num projeto de afirmação do município de Santa Maria da



Feira como um município que tem presença nas margens do Rio Douro. -----
Aqui, referindo a questão de uma daquelas séries de intenções que tem sido vincada ao longo dos anos e que não tem avançado, que é o Centro Coordenador de Transportes. Nós queríamos saber se já há um local para o Centro Coordenador de Transportes, porque é algo que tem sido falado, ao longo dos anos, por todos os partidos e que não se vê o avançar, quando é algo que é fundamental para a questão até da mobilidade no Município e dos transportes públicos. Aliás, o Município assume que tem de haver uma viragem, porque houve uma aposta demasiado grande em transportes privados, individuais, e que há a necessidade de reverter esta aposta e, por isso, o Centro Coordenador de Transportes assume aqui uma importância extrema. -----

Também de referir a necessidade de modernização de infraestruturas relacionadas com o Ambiente, nomeadamente o saneamento básico, porque temos tido e temos assistido ao constante rebenfamento de infraestruturas, até na sede do Município. -----

Ainda no Ambiente, sabemos que houve uma recolha, ou há, está um processo de recolha diferenciada de lixo na sede do Município, e queríamos saber os resultados, o impacto que isto teve a nível de tonelagem, por exemplo, de produção de lixo ou de separação de lixo, mas também queremos saber se a Câmara Municipal prevê, ou não, para o próximo ano, um impacto direto nos feirenses, ou seja, um impacto direto na carteira dos feirenses para quem faz a separação do lixo. Achamos que quem faz a separação do lixo deve ser beneficiado em detrimento de quem não faz a separação do lixo, e é algo que, aliás, acontece noutros municípios no País. E, aliás, temos por toda a Europa projetos bastante interessantes e que têm tido bastante aceitação e resultados bastante positivos. -----

Temos, também, um problema no Município, que já foi aqui referido anteriormente, que é o problema da questão dos animais errantes. E se é verdade que as câmaras municipais têm tido dificuldade, algumas câmaras municipais, aliás, porque outras encontraram a solução e solucionaram o problema, a Câmara Municipal diz que não consegue solucionar o problema e que tem tido bastantes dificuldades. E uma das propostas que nós apresentámos aqui, no momento, é, por exemplo, campanhas de adoção. O ano passado eu referi, na intervenção por esta altura, as campanhas de adoção, e eu pergunto à Câmara Municipal quantas campanhas de adoção foram feitas no município de Santa Maria da Feira, nos eventos, nas escolas, por exemplo, nas associações, quantas campanhas de adoção foram feitas. Sabemos que o canil



intermunicipal está mais do que sobrelotado, o canil municipal da Feira, que é quase uma amostra de canil porque é um canil de passagem, não é propriamente um canil, também ele está sobrelotado, e que as associações de Santa Maria da Feira que trabalham nesta área estão incapacitadas de fazer mais do que aquilo que já fazem.-----

No respeitante à Educação temos aqui alguns aspetos positivos, nomeadamente o envolvimento dos jovens à área política, é inevitável deixar de referir estes projetos que o Município tem e que são referência, não só no País mas além-fronteiras, e a promoção que a Câmara Municipal tem feito nos Agrupamentos de Escolas no concurso Erasmus +, a projetos de Erasmus +, com vista à internacionalização dos nossos alunos e dos professores, e de boas práticas.-----

Mas também há aspetos a melhorar, e não são poucos, nomeadamente a natação para os nossos alunos, que é algo que muitos municípios têm e que achamos que é fundamental para o desenvolvimento não só físico, mas intelectual e até de segurança das nossas crianças.-----

E há, ainda, a falta à referência à terceira escola secundária, que nós achamos que é fundamental também para o desenvolvimento do Município. A Câmara Municipal, em certas alturas, colocou a referência à terceira escola secundária e, neste programa para o próximo ano, não tem qualquer tipo de referência nem qualquer tipo de intenções neste sentido.-----

No Desporto, é do nosso entendimento que há um demasiado enfoque no futebol, continua a haver um demasiado enfoque no futebol em detrimento de outras áreas, nomeadamente do ciclismo. Vi uma notícia avançada pelo PS, penso que são cerca de 200 metros de ciclovias previstos para o Município, que tem cerca de 1500 Km de estrada, ou seja, 200 metros é nada. E ainda a pista de atletismo, que o Sr. Presidente referiu, e que nós também não acreditamos porque tem sido intenção ao longo dos anos, este é o 5.º ano em que eu estou nesta Assembleia Municipal e todos os anos tem havido essa intenção, e, depois, a intenção não sai do papel. As infraestruturas, em Sanfins, continuam lá mas continuam sem poder receber, por exemplo, competições de seniores, e estão a degradar, embora estejam já a ser utilizadas pelo C.D. Feirense.-----

E para terminar esta primeira intervenção, ainda relativamente aos Transportes, temos a questão na Cruz, porque quem frequenta a zona da Cruz, que é a zona mais urbana da sede do Município, sabe que, principalmente ao fim de semana, são dezenas de autocarros que ali estão estacionados em segunda fila porque não têm estacionamento, e que boicotam a



qualidade de vida de quem ali vive. É verdade que são muito bons para o comércio, mas boicotam a qualidade de vida, quando nós tínhamos uma solução, que é o parque junto à Av. Dr. Crispim Borges, que é um parque bastante bonito. Não é propriamente um parque, era aí que eu também queria chegar, não é propriamente um parque porque não tem infraestruturas de parque. E o que nós propomos é que a Câmara Municipal assuma a responsabilidade daquele espaço que, do que me recorde, o Sr. Presidente até assumiu como sendo uma das possibilidades para o Centro Coordenador de Transportes e que, depois, abandonou, a criação ali de um parque, roubando um bocadinho de espaço a essa área de terreno, para estacionamento para os autocarros e ter algumas infraestruturas, como um parque de merendas ou casas de banho, por exemplo.” – Fim de citação. -----

Usou da palavra o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“Cito Abraham Lincoln – “Pode-se enganar a todos por algum tempo; pode-se enganar alguns por todo o tempo; mas não se pode enganar a todos todo o tempo”. -----

No seguimento do que foi a proposta orçamental do ano passado, o qual não foi concretizado efetivamente no terreno, ou seja, manteve-se apenas numa teoria, votamos hoje a proposta orçamental para o ano vindouro de 2019, o qual apenas podemos prever, por experiência anterior, que também não será concretizado, o CDS pretende questionar algumas das dimensões mais importantes que marcam presença no orçamento, nomeadamente a saúde, transportes e economia. -----

Começo por questionar qual o ponto de situação atual do arquivo municipal. -----

Uma vez que a Câmara agrupa um leque de caixas compostas por vários ficheiros, que só podemos considerar importantes (uma vez que estão “arquivados”) em edifícios sem as condições próprias para a preservação dos mesmos.-----

Em seguida, queremos questionar acerca do centro de coordenação de transportes, visto que o projeto já foi apresentado numa série de orçamentos anteriores e na prática o trabalho visível é nulo, e nisto a parcela orçamental que era de 3 milhões dividida por duas localizações, Feira e Lourosa, sofre uma conversão neste orçamento e deixa de ser uma prioridade para este executivo camarário.-----

Igualmente queremos falar da dimensão da saúde, de importância vital para a qualidade de



vida da população, principalmente da unidade de saúde familiar de Milheirós de Poiares, que também foi apresentada anteriormente mas ainda não avançou na prática, e tendo recebido este ano um alerta sobre a questão de Milheirós talvez seja prudente avançar com obras que permitam conferir a qualidade de vida pretendida para os cidadãos, conferindo-lhes equidade em relação aos cidadãos de outras freguesias. -----

No seguimento da escala da freguesia de Milheirós, queremos pedir um esclarecimento sobre o investimento de 300 mil euros na zona industrial desta freguesia. -----

Para não me alongar em demasia, promovo apenas mais duas temáticas, primeiramente a requalificação do mercado municipal, pretendendo esclarecimentos sobre em que consiste esta requalificação pois encontra-se orçamentado em 1 milhão e 325 mil euros, e estamos a falar de um edifício com importância arquitetónica logo não podendo sofrer intervenções profundas. -----

E seguidamente, o turismo de natureza (pág. 76 do plano e orçamento para 2019), uma vez que se destaca uma vertente orçamental para a sua promoção, planeamento e divulgação, e nesse sentido queremos questionar se os estudos, realizados num âmbito que não o Concelho, mas sim o da Área Metropolitana do Porto, vão passar a alguma concretização prática ou será mais teoria por aplicar, e assim se esta vertente do turismo será promovida, e quais os montantes direcionados para as infraestruturas de apoio ao turismo, e mais especificamente também a esta vertente do turismo, e os montantes direcionados para o planeamento e divulgação de rotas turísticas, se é que estas já foram efetivamente determinadas ao longo do município pelo executivo.-----

Numa última referência ao orçamento do ano passado, dizia que “a informação aos munícipes sobre questões técnicas relacionadas com o ambiente, tais como, limpeza de linhas de água, gestão de resíduos, qualidade do ar, ruído, etc.”, sendo que questionado por o CDS, o senhor Presidente dizia que não se fazia a monitorização do ar e do ruído. Ora, neste orçamento voltamos a constatar a mesma situação, presente na página 112, onde reforça que o executivo fará essa monitorização, explique então para nós percebermos esta discórdia entre o que diz na assembleia e o que apresenta no orçamento. -----

Em conclusão, poderíamos ter determinado mais uma série de temas para abordar contudo consideramos estes suficientemente alusivos para a quase totalidade de propostas orçamentadas, tendo conhecimento que grande parte delas não recebem seguimento posterior



a este que nos é apresentado. Assim, tal como dissemos no ano passado, este é um orçamento de intenções, e, sabendo que o senhor presidente pode voltar a achar graça, Santa Maria da Feira merece mais.”-----

Usou da palavra a deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“O Bloco de Esquerda, à semelhança do ano anterior, apresentou propostas para o Plano e Orçamento. -----

Com as propostas do Bloco de Esquerda resgataríamos os serviços e os bens públicos das mãos dos privados. Traríamos a água e o saneamento para a esfera pública, fazendo baixar o seu preço para o consumidor. -----

Com as propostas do Bloco de Esquerda teríamos um plano social de habitação, uma tarifa social na água, a criação de um programa de emergência social ou um programa de comparticipação de medicamentos. -----

Com as propostas do Bloco de Esquerda teríamos um plano para identificação e remoção de todas as barreiras arquitetónicas do concelho e um serviço de transporte público que servisse todas as freguesias.-----

Com as propostas do Bloco de Esquerda inauguraríamos novas políticas para a promoção do bem-estar e para a defesa dos direitos dos animais.-----

Investir onde é preciso: No ano de 2017 o município de Santa Maria da Feira teve um superavit de mais de 27 milhões de euros. Isso quer dizer que houve 27 milhões de euros que ficaram por executar. 27 milhões de euros que poderiam ter sido utilizados em investimento público e, em particular, em investimento nas funções sociais da Câmara Municipal, mas que não foram utilizados nestas funções. -----

Pelo contrário, a taxa de execução orçamental em setores tão importantes como as Funções Sociais do município foi extremamente baixa (43%). Mas este não é caso único: a execução em Habitações e serviços coletivos foi 48%, em Proteção do Meio Ambiente foi 42% e em Transportes foi de apenas 35%. São valores baixíssimos e que mostram bem que a Câmara poderia e deveria ter utilizado os seus recursos em medidas e programas que efetivamente melhorassem a vida e a qualidade de vida dos feirenses. -----

Essa é a primeira proposta que o Bloco de Esquerda fez para o Orçamento Municipal de 2019:



que todos os recursos sejam alocados a investimento que melhore as condições de vida dos feirenses.-----

É preciso reorientar os recursos para onde eles são necessários: Muitos dos recursos do município são gastos onde não deviam e não são aplicados onde realmente deveriam ser. É preciso inverter as prioridades. A prioridade devem ser as pessoas e não as consultoras ou as grandes empresas de software. As prioridades devem ser as medidas sociais e não a externalização de serviços e a multiplicação de gastos com assessorias, marketing e publicidade. -----

Segundo o relatório da execução orçamental de 2017, a Câmara gastou 7,4 milhões de euros em 'outros serviços' adquiridos externamente. Não concretiza o que serão estes 'outros serviços', e a estes acrescem ainda mais de 3,5 milhões de euros com aluguer de instalações, mais de 360 mil euros em software, 123 mil euros em estudos, pareceres e consultoria e mais de 62 mil euros em publicidade. -----

Em 2019 a Câmara Municipal deveria poupar nestas rúbricas, internalizando serviços, reduzindo os alugueres de edifícios que não são necessários, utilizando software livre e reduzindo o recurso a consultorias e assessorias externas. Uma poupança de 20% nestes gastos significaria a libertação de 2,3 milhões de euros para outras medidas. -----

Se a isto juntarmos o facto de a Câmara Municipal gastar imenso dinheiro em opções que são erradas, como é o caso dos quase 420 mil euros gastos em relvados sintéticos no concelho, então chegamos à conclusão que seria possível, sem dificuldade, libertar e reorientar cerca de 3 milhões de euros do orçamento municipal. -----

Onde deveria ser investido este dinheiro? Em programas e medidas sociais que hoje quase não têm orçamento. A título de exemplo, em 2017, houve apenas 50 mil euros para bolsas de estudo, o cartão Feira Sénior teve uma execução de apenas 1.505 euros, o plano municipal de prevenção da toxicodpendência e alcoolismo funcionou com apenas 24 mil euros, a medida de apoio a estratos sociais desfavorecidos 'Concelho Solidário A' teve apenas 11.569 euros e a medida extraordinária 'Concelho Solidário B' ficou-se pelos 5.440 euros. -----

Como é fácil de ver, a Câmara gasta muito no supérfluo e investe quase nada no que é essencial. É por isso que o Bloco propõe que, em 2019, se inverta este ciclo.-----

Com estas propostas, o município ganharia mais de 30 milhões de euros para investir em funções sociais: por exemplo, através da utilização do valor do superavit do ano anterior; da



poupança de 20% em aluguer de edifícios; do recurso a software livre; da internalização de pareceres e estudos ou da poupança em relvados sintéticos. -----

Estas verbas deveriam ser investidas em medidas e programas para melhorar a vida e qualidade de vida dos feirenses e em investimento no espaço e nos equipamentos públicos do concelho. -----

Olhando agora para o Plano e Orçamento que nos é apresentado pelo executivo: -----

Diz o Sr. Presidente, na sua mensagem de apresentação que a estratégia “baseada em ações de diplomacia económica, permitiu baixar a taxa de desemprego dos mais de 15% em 2013 para os menos de 5% atuais” e que “Em menos de 4 anos reverteram a situação do desemprego para uma taxa atual inferior a 5%”.-----

É verdade que a taxa de desemprego baixou, e ainda bem que baixou. Mas todos sabemos que baixou em todo o país. E sabemos que baixou graças à derrota do governo da Direita PSD/CDS e graças à maioria parlamentar de Esquerda. -----

Mobilidade e transportes: quando o Sr. Presidente fala na mobilidade e transportes, fala na medida do passe único. É sem dúvida uma boa medida, mas Sr. Presidente, esta é uma medida do âmbito do Orçamento de Estado e não uma medida deste Plano e Orçamento Municipal. ---

Centros coordenadores de transportes: uma promessa de largos anos, mas que, à semelhança dos orçamentos dos anos anteriores, a dotação orçamental definida serve apenas para manter a rubrica aberta. É o caso do centro coordenador da Feira, onde temos uma dotação de 1.000 euros.-----

Serviços públicos: continuamos a ser um dos concelhos do distrito de Aveiro com a água mais cara. A juntar a isso, o município continua a cobrar uma taxa de rede ilegítima aos feirenses. E este orçamento continuar a não avançar em nada neste setor: não há lugar à aplicação da tarifa social da água e do saneamento. -----

Bem-estar animal: não há avanços neste sentido para 2019. Não há regulamento municipal para o bem-estar animal, não existem verbas para campanhas de esterilização ou campanhas de CED.-----

Apenas se mantém a rubrica do referente ao veterinário municipal que sabemos que não é suficiente para responder aos problemas do concelho nesta matéria. -----

Mais uma vez, o Executivo continua a não propor nenhum tipo de avanço para uma verdadeira política para o bem-estar animal.-----



Acessibilidades: não encontramos nenhuma rúbrica nem nenhum programa de remoção das barreiras arquitetónicas. E elas são muitas ao longo do concelho. Mais uma vez, nenhum avanço neste sentido. -----

Ou seja, o Plano e Orçamento para 2019 segue a lógica dos anteriores: abre rúbricas com uma dotação orçamental residual, mesmo só para manter a rúbrica aberta. É o mesmo que dizer que nenhuma delas se concretizará em 2019. -----

Por estas razões, votaremos contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019.”-----

O membro **Daniel Gomes** (PS) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Eu, para falar sobre este Plano de Atividades e Orçamento, poderia começar por invocar uma das frases que está logo no início do documento, na mensagem onde o Sr. Presidente diz que este documento incorpora aquilo que os feirenses têm de mais intrínseco, que é serem ambiciosos. Eu concordo com isso, os feirenses são, de facto, bastante ambiciosos, mas não creio que este documento seja ambicioso na resolução dos problemas que todos nós enfrentamos. Portanto, achamos que vai no sentido correto, mas fica muito aquém daquilo que poderia fazer. -----

E, para tal, podemos analisar as receitas e as despesas que temos neste Orçamento. A maioria dos impostos previsivelmente vai aumentar, tanto no IMI como no IMT, como também no imposto de selo. Curiosamente, a derrama tem uma previsão de uma receita menor do que aquilo que seria esperado, e daquilo que tivemos no ano transato. Digo curiosamente porque aparentemente aquilo que é um dos desígnios do Sr. Presidente, que é o desenvolvimento económico, talvez não vá correr tão bem como seria de esperar, o que é estranho uma vez que o País continuará a crescer e, portanto, o nosso Município, por arrasto, também deveria seguir exatamente o mesmo caminho.-----

O certo é que o IMI, e falo particularmente do IMI, vai ter um valor absoluto superior àquele que era no ano passado, e, portanto, aquilo que o Partido Socialista tinha vindo a dizer ao longo de todos estes anos fazia sentido, nós poderíamos ter um aumento da receita acompanhado com uma redução da taxa de imposto, uma vez que a base de tributação tem vindo a alargar-se cada vez mais. E, presumivelmente, essa base de tributação vai continuar a aumentar e, portanto, nós temos condições para que a taxa de IMI possa continuar a reduzir-se, e é isso que eu espero que o Sr. Presidente possa vir a fazer já nos próximos anos,



e não se comporte em termos habilidosos e em termos eleitorais, e não espere apenas pelas vésperas das eleições para o poder fazer.-----

E isto é importante porque o Sr. Presidente fala de atrairmos pessoas e investimentos para nosso Município e nós, em termos de competitividade fiscal, não estamos assim tão bem quanto isso quando olhamos para os municípios nas áreas geográficas em que nos inserimos, tanto da Área Metropolitana do Porto como também no distrito de Aveiro. Há algo aqui a fazer se quisermos ser mais competitivos nesta matéria.-----

Em relação à despesa, nós podemos falar daqueles que são os seus pilares de desenvolvimento estratégico para o Município, o Sr. Presidente fala-nos sempre do Desenvolvimento Económico, fala-nos da Educação e fala-nos do Território. -----

Em termos do Desenvolvimento Económico eu acho que se trata de um logro que o Sr. Presidente utiliza constantemente, que é tentar capitalizar para si, em termos políticos, aquilo que é o bom trabalho que os nossos empresários e os nossos trabalhadores fazem no nosso Município. E como bem referiu ainda há pouco a Salomé, do Bloco de Esquerda, existe um efeito de arrasto de toda a economia nacional e que se reflete, naturalmente, em Santa Maria da Feira, ao que não é também estranho a excelente posição geoestratégica que o nosso Município tem, em termos de estar próximo do Porto e de Aveiro, e de estar próximo de portos, etc. O certo é que o Sr. Presidente tenta sempre aproveitar-se disso, e acho que é um logro político, mas está no seu direito.-----

Em termos de Educação, de facto, acho que têm existido bons investimentos, não só na construção de escolas, alargamentos de jardins de infância e refeitórios, temos a questão da programação nas escolas, o que também é algo bastante positivo e que nós aqui salientamos, apesar de a Carta Educativa ainda estar em estudo, aqui nós estudámos muito, mas é preciso concretizar e avançar cada vez mais neste sentido. -----

Em termos do Território, sinceramente, aquilo que o Sr. Presidente tem vindo a apresentar já era costume no anterior mandato como a grande bandeira, que são as repavimentações das nossas estradas. Eu acho estranho, eu acho que isso é até gestão corrente, era o que havia de faltar que tivéssemos um município que não tivesse as estradas no seu perfeito estado. O certo é que nós temos um novo instrumento para melhorar os nossos centros urbanos, das nossas das nossas freguesias, das nossas cidades, e o que temos visto é que os nossos presidentes de Junta estão às aranhas porque não sabem o que é que podem fazer e o que é que podem dizer



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

aos munícipes em relação às ARU. E, portanto, aqui, que o Sr. Presidente tinha algo para fazer, de facto, em concreto, e ia ajudar-nos a avançar neste sentido, está tudo por fazer.-----
Em relação às despesas de capital o valor sobe, se não me engano, para 19 milhões de euros, mas isso é algo que, a nós, pouco nos interessa. Está lá 19 milhões de euros como até podia estar 30 ou 40 milhões de euros, uma vez que aquilo que tem sido a sina dos anos anteriores é que as taxas de execução ficam muito aquém daquilo que seria de esperar. -----
Eu até podia elencar um conjunto de investimentos que já estavam plasmados nos planos de atividades e orçamento dos anos anteriores, sendo certo que todos eles seriam obrigação do Município executar porque está lá definido que era o Município que teria de pagar os 100% da obra, mas que, depois, viemos a verificar que não foram concretizados. O arquivo municipal que já aqui se falou, a requalificação da USF de Rio Meão, a construção da USF de Santa Maria da Feira, o parque de Nossa Senhora da Piedade, em Canedo, as intervenções no Porto Carvoeiro, no Castro de Romariz, a requalificação da Rua da Igreja em São Paio Oleiros, enfim, e tantas e tantas outras, por exemplo a piscina de Canedo, todos estes projetos que eram obrigação da Câmara Municipal executar porque dependiam exclusivamente da Câmara Municipal executar, e o que viemos a verificar é que não saíram do papel. -----
E, portanto, à guisa daquilo que tem vindo a ser o natural nos anos anteriores, nós presumivelmente estamos em crer que isto vai voltar a acontecer já em 2019.-----
Eu sei que o Sr. Presidente fala em esperar, nós esperamos isto, esperamos aquilo, esperamos aquele outro, e provavelmente não está habituado a esta nova forma de fazer política em Portugal, em que palavra dada é palavra honrada. Mas eu vou-lhe pedir, Sr. Presidente, para que pelo menos se comprometa com estes projetos que estão plasmados no Orçamento. -----
O Porto Carvoeiro, vai melhorá-lo ou não vai melhorá-lo?-----
A execução das redes pluviais e de drenagem, pretende fazê-lo ou não pretende fazê-lo? -----
A requalificação exterior do Museu do Papel, pretende fazê-lo ou não? -----
A requalificação exterior do antigo Matadouro? -----
A requalificação do edifício da Academia de Música de Arrifana, com uma quantia de 700 mil euros, vai fazê-lo ou não? -----
A requalificação do edifício da Academia de Música da Feira, 460 mil euros, vai fazê-lo ou não vai fazê-lo?-----
A reabilitação do pavilhão desportivo de Lobão, a requalificação do pavilhão municipal de



Lourosa, a ampliação da zona industrial de Arrifana, a requalificação da zona industrial de Milheirós, tudo isto são projetos que o Sr. Presidente se compromete a executar, ou não?-----

Já agora, há aqui outros 3 projetos que eu acho curiosos, até pela dimensão do montante que está em causa, e que gostaria que o Sr. Presidente, para além de dizer se vai fazer ou não, me explicasse o que é. -----

Fala da realização de obras no Europarque e a verba que lá está definida, não só para este ano como para os outros, é de 4 milhões de euros, todos eles financiáveis exclusivamente pela Câmara Municipal. Eu fui ver ao documento do que seria feito no Europarque, e lá fala-se de apetrechamento tecnológico desta infraestrutura. Bom, 4 milhões de euros para apetrechar tecnologicamente o Europarque, temos que dizer que, provavelmente, vamos fazer corar de vergonha o Meo Arena, em Lisboa, nós seremos certamente a capital da tecnologia no Norte do País. Sr. Presidente, 4 milhões de euros, se me puder explicar, agradecia. -----

Fala também da reabilitação dos Paços do Concelho, 1 milhão de euros. Nós sabemos onde é que são os Paços do Concelho, e eu também não estou a ver em que é que se traduzirá este investimento de 1 milhão de euros.-----

Fala-nos também da reabilitação da Biblioteca Municipal, este edifício em que nos encontramos, na módica quantia de 2 milhões e meio de euros. Também fico por perceber o que é que será isto. -----

Certamente me poderá dizer que isto são verbas que estarão, por certo, inflacionadas porque nós temos um Orçamento em que as receitas são muito elevadas e como as receitas têm que ser iguais às despesas, provavelmente existiriam despesas que teriam um valor acima daquilo que seria razoável ou previsível. De qualquer das formas, aguardo que me possa dizer alguma coisa. -----

Faço 4 achegas finais. -----

Em relação às despesas correntes, porque até aqui estava a falar de despesas de capital, a alocação dos edifícios é uma verba que anualmente tem vindo a sugar do orçamento municipal cerca de 150 mil euros. Se nós fizemos umas contas interessantes, isto é, se nos focarmos apenas no seu mandato anterior e no mandato atual, presumivelmente serão 8 anos, e se fizermos os 150 mil euros vezes os 8 anos dá 1 milhão e 200 mil euros. É bastante dinheiro e, portanto, eu pergunto ao Sr. Presidente se não acha que já está na hora de construirmos um edifício de raiz para alocar estes serviços do Município e evitar que exista



esta sangria de recursos públicos.-----
Por outro lado, também lhe posso falar do software informático. É certo que existem alguns softwares em que é difícil que se possa recorrer a software livre, mas existirão outros em que isso seria perfeitamente possível, se fosse dada formação aos nossos profissionais. E, portanto, também aqui poderia existir uma poupança e o senhor opta por não a fazer. -----
Em relação ao Parque Ornitológico de Lourosa, é uma infraestrutura importante que temos no nosso território, mas, como bem sabemos, anualmente estão a ser despendidas várias centenas de milhares de euros nessa estrutura. E, portanto, o que pergunto é o que é que o Sr. Presidente pensa fazer para garantir que pelo menos a rentabilidade daquele espaço seja um pouco melhorada, porque 236 mil euros num ano é, de facto, muito. -----
Por último, a concessão à EDP. Têm existido várias notícias de que muitos dos contratos de concessão com a EDP estarão para terminar e, portanto, os municípios poderão assumir para si a exploração da rede. Certamente, o Sr. Presidente já poderá ter estudado algo desse dossiê e, portanto, o que lhe perguntaria era se tenciona, ou não, assumir a exploração da rede ou se pretende novamente concessioná-la à EDP.” – Fim de citação.-----

O membro *José Manuel Leão* (PSD) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar:----
“Eu não escrevi absolutamente nada sobre este ponto porque já sou suficientemente velho nesta casa para saber o que a casa gasta. As críticas da oposição vêm de todas as formas e feitios e, às vezes, de uma forma tão descuidada, tão descuidada, que até mete dó. Uma pessoa que esteja daquele lado e que esteja minimamente atenta ao que se passa no nosso concelho e ao que se diz aqui, nesta sala, fica preocupada que todos os grupos municipais tenham muito maiores preocupações com os animais do que propriamente com as pessoas, nomeadamente nas suas carências, nomeadamente nas camas que são necessárias para os cuidados continuados, para a necessidade do aumento da Urgência do nosso Hospital, para imensas carências a que devemos estar muito atentos e a que temos que dar resposta. -----
O que está aqui em causa, na verdade, em cada um dos grupos municipais da oposição, é ter que dizer alguma coisa. E se algumas vezes, como acontece na Câmara Municipal, porque eu leio todas as atas, até desculpo algumas afirmações porque serão de pura ignorância ou falta de visão, há outras que me custa a compreender, nomeadamente, por exemplo, o Partido Socialista quando faz uma crítica ao Sr. Presidente da Câmara porque o TeSP que está em



[Handwritten signature]

funcionamento no nosso concelho é em parceria com o ISEP, e a crítica é porque havendo duas instituições de ensino superior no Concelho não era feito com as duas instituições do Concelho. Não é ignorância, não pode ser, pode ser da Margarida Gariso, mas não pode ser do Délio Carquejo porque foi diretor de um Instituto e sabe bem que um TeSP só pode ser autorizado se houver sequência na área que é dada no TeSP, ou seja, só quando houver uma licenciatura nessa área é que é possível a autorização do TeSP. -----

Mas, enfim, por vezes a ignorância é desculpável, mas quando há má-fé, não pode ser. -----

Quando o Bloco de Esquerda vem para aqui defender a poupança numas determinadas áreas, que algumas até são ridículas, mas, pelo menos, é coerente, é contra os relvados sintéticos, pronto, mas com essas poupanças todas, do software livre, etc., para aplicar na melhoria dos espaços públicos. Mas, na mesma intervenção, vem criticar aquilo que se apostou no Europarque porque, se calhar, não considera o Europarque um espaço público. E eu acho ridículo que se queira meter os dedos pelos olhos dentro das pessoas quando não querem acreditar que há equipamentos que, normalmente, e é aceitável, tenham prejuízo. Os senhores do PS querem fechar o Parque Ornitológico de Lourosa porque dá 230 mil euros de prejuízo? Fechem também esta Biblioteca que também dá muito prejuízo. Fechem o Cineteatro que dá prejuízo. Fechem muitos serviços públicos porque dão prejuízo. Mas são necessários para a povoação, e é isso que está em causa, é o PSD e a equipa que tem governado a Câmara que sabe bem quais são as necessidades do povo do Concelho.-----

E, se preciso fosse haver tira-teimas, ele foi dado há 1 ano. Em outubro de 2017 o PSD teve a maior vitória do tempo da Democracia pós 1976 até hoje, elegendo 7 vereadores em 11. O povo aprecia e está atento àquilo que o PSD e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira têm feito. -----

E o que está aqui em causa, meus amigos, são os elementos cruciais que foram defendidos em 2013. Em 2013, Emídio Sousa fez um plano estratégico para mais do que um mandato, porque ele sabia que num mandato era impossível cumprir o desejo que ele tinha naquela altura. E, em 2017, prestou contas. Antes das eleições percorreu o Concelho todo, falou-se sobre as diversas temáticas, chamando pessoas especializadas em cada área. E o povo ouviu, e o povo respondeu nas eleições. Em 2017, Emídio Sousa reganhou, porque o povo aceitou-o em 2013, acreditou nele, e, em 2017, comprovou que merecia o voto que tinha tido há 4 anos. E foi apostando no desenvolvimento económico, numa altura em que o desemprego era na



Handwritten signature and initials

ordem dos 16%, apostou porque sabe, porque é um homem de números e sabe que o maior apoio social que se pode dar às pessoas é dando-lhes emprego. Não é dar o peixe, é dar-lhe a cana, com a cana ele pesca o suficiente para poder viver condignamente. A partir daí são passos que se têm que dar, mas é primordial que cada pessoa tenha o seu emprego, que cada família tenha pessoas a trabalharem e rendimento para viver condignamente. -----

E a grande aposta foi essa, levando as empresas ao estrangeiro, reganhando clientes e aumentando postos de trabalho, levando pequenas empresas a tornarem-se empresas de referência, tornando toda a nossa área do Concelho apetecível a imensas empresas que muitos não imaginariam que chegavam a Santa Maria da Feira. É a Faurecia, é a Molaflex, são fábricas que estão associadas aos concelhos vizinhos, vêm para Santa Maria da Feira, escolheram Santa Maria da Feira. Porquê? Por alguma razão é. Não é só pela localização, porque a localização já está aqui há muito tempo, já temos autoestrada há muitos anos e só agora é que quiseram vir para cá. -----

É porque são atendidos de uma forma muito direta e rápida, porque lhes é dada resposta às questões que colocam, porque a Câmara tem uma estratégia de empreender, de ajudar os empreendedores. É ajudando os empreendedores que se criam postos de trabalho e é através dos postos de trabalho que se cria riqueza. -----

E foi assim com o desenvolvimento económico, sempre com a Educação como 1.ª prioridade. E digo, caro Presidente, achei alguma utopia quando às vezes me segredava que havia de tornar o concelho de Santa Maria da Feira, dentro de alguns anos, um concelho que fosse o primeiro em termos de número de programadores, porque era aí que estava o futuro. -----

Há 7 ou 8 anos, quando me dizia isso, eu elogiava, naturalmente, no meu íntimo, a sua forma aguerrida de querer chegar onde queria. A estratégia estava correta, eu não sabia era se ia conseguir concretizar aquilo que pretendia, e, hoje, vê-se que Santa Maria da Feira é pioneira a nível nacional em termos de programação, quer nas crianças, nos pequeninos, quer nos adultos. E é aí que está o futuro. Ainda hoje tive um almoço de trabalho com elementos, o Sr. Presidente sabe com quem, de vários institutos superiores públicos em Portugal, e a discussão, à hora do almoço, era a guerra entre as empresas da área de informática, a que preço chegariam os ordenados porque a disputa é tão grande, desde Viseu, Guarda, não é só Lisboa e Porto, as empresas roubam os funcionários no parque de estacionamento, são abordados para mudar a empresa, porque não há. E o nosso Presidente viu, ao longe, que esse era um dos



ASA
[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

caminhos que tinha que traçar e, dentro da Educação, que foi sempre uma grande prioridade, elegeu a programação como um setor primordial. -----

Não vou falar da rede viária porque as pessoas veem, as pessoas sentem e as pessoas responderam em 2017. Responderam há muito pouco tempo. Não vale a pena vocês iludirem-se, em virem fazer críticas que não são compreendidas. -----

Eu sou muito amigo dos animais, tenho animais em casa e dou-me muito bem com eles e trato-os muitíssimo bem. Quando me ausento, arranjo sempre alguém que trate deles. Mas coloco sempre as pessoas acima dos animais. Sempre, seja um desconhecido, não é preciso ser um vizinho. Qualquer pessoa é mais do que um animal.-----

E, caras companheiras e companheiros, não falo na requalificação urbana porque o Sr. Presidente já disse o suficiente. Eu nem precisava de vir aqui, honestamente, nem precisava de vir aqui, porque o Sr. Presidente disse tudo.-----

Na ação social, as críticas, ainda na Câmara houve críticas sobre a inação nos bairros sociais. Já estão dois bairros sociais em curso, já estão as obras a decorrer e vão decorrer em nove durante o ano de 2019. -----

O que dizer? Digo apenas uma coisa, se estivesse do lado da oposição também teria muita dificuldade, eu reconheço, em vir criticar a Câmara.” – Fim de citação. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos tidos por convenientes. -----

Começando por aludir à intervenção do membro Filipe Moreira referiu, relativamente à observação de que o Programa de Apoio a Projetos Culturais (PAPC) é muito burocrático, que a Câmara dá sempre formação às entidades para preencher os impressos e até as ajuda na execução dessa tarefa, realçando que nenhuma instituição deixará de se poder candidatar devido a essa questão porque terá sempre o apoio necessário da parte da Câmara. -----

Sobre a localização dos Centros Coordenadores de Transportes disse que a Câmara está a tratar esta questão diretamente com a empresa pública Infraestruturas de Portugal, dando nota que, na cidade de Santa Maria da Feira, os sítios apontados como possíveis interferem com o nó da autoestrada e com a EN 223, pelo que estão a ser estudadas outras hipóteses. Informou ainda não ser possível dizer o sítio exato, acrescentando que apesar de haver uma intenção clara, um local desejado por parte da Câmara, tal localização tem que, primeiramente, ser



Handwritten initials and signature

negociada com a Infraestruturas de Portugal para, depois, se poder avançar para o projeto de execução. -----

Em relação à localização em Lourosa fez notar que a Câmara tinha uma intenção e que, até há pouco tempo, havia uma empresa interessada em fazer esse investimento, mas que a mesma se desinteressou devido aos elevados custos envolvidos. Frisou que quando, há alguns anos, alguém pensou nesta questão, em termos de planeamento, foi pensado o terreno da Auto Viação Feirense, no parque de estacionamento ali existente, mas que tal não se tornou possível, ressaltando que essa empresa tem um conjunto muito numeroso de associados, que têm alguns litígios em tribunal. Fez notar que a Câmara está a tentar encontrar uma solução alternativa em Lourosa. -----

Sobre a questão da recolha diferenciada de lixo na sede do Município disse ser uma experiência-piloto que está a decorrer, em colaboração com a Suldouro, salientando ser um processo que ainda não está suficientemente maduro para se poder avançar para fazer essa recolha também nos edifícios. Disse concordar que faz todo o sentido, quando houver uma separação efetiva em todo o território, que quem separar tenha algum benefício na tarifa que paga. -----

Em relação à questão dos animais errantes disse já ter dado, nesta sessão, esclarecimentos sobre essa matéria, salientando que a Câmara vai fazer um centro veterinário, que não se trata de um canil, frisando que o canil existente é o canil intermunicipal da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria. -----

Sobre os projetos na área educativa, como o Jovem Autarca e o Erasmus +, disse fazerem parte da estratégia da Câmara para ter um território competitivo, pela cidadania e pelos contactos com culturas de outros países. Disse julgar que é das coisas melhores que um território pode fazer, que está a ser feito em muitos municípios, no sentido de proporcionar experiências internacionais aos jovens, aos professores, à comunidade, frisando ser um adepto incondicional de tudo o que puder ser feito nesse sentido. -----

No respeitante à questão da falta de uma terceira escola secundária no Concelho, disse não haver alunos suficientes para tal, salientando que houve a proposta para abrir cursos secundários em Lobão, Gião e Paços de Brandão, mas que não houve matrículas suficientes para tal, frisando que, contudo, a proposta da Câmara tem sido nesse sentido. -----

Em relação à pista de atletismo de Sanfins informou já haver uma base de entendimento entre



a respetiva Junta de Freguesia e o Clube Desportivo Feirense para a futura gestão da pista. Salientou que a intenção é vir a ter uma pista com todas as condições para a prática de todas as modalidades do atletismo, mas que, tratando-se de um investimento que será superior a 1 milhão de euros, obviamente não se avançará sem que se tenha garantidas as condições de exploração, comentando que a localização da pista é um pouco isolada e que, se não tiver pessoas a ocupar o espaço, rapidamente será vandalizado, como já aconteceu por duas ocasiões. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara passou a aludir às questões colocadas pelo membro Ângelo Santos, explicando, sobre o arquivo municipal, que entre a intenção de executar uma obra e a sua efetiva concretização há vários passos a percorrer. Disse que já tem a ideia do arquivo municipal há 2 ou 3 anos, mas que, antes de ficar concluído, é preciso contratar o projeto de execução e, antes disso, saber o que incluir no projeto, quantas salas, quantas áreas para receber documentos e tudo o demais envolvido, ou seja, elaborar o programa do concurso. Realçou que, depois disso, é aberto o concurso público cuja tramitação leva, em regra, 7 a 8 meses, e que, após adjudicada a obra, é feito o contrato, é feito o plano de segurança e saúde da obra, reafirmando que, da intenção até à conclusão de uma obra há muitos passos a percorrer, podendo demorar 2 anos. Informou que a Câmara pensa lançar, em 2019, o concurso para fazer o arquivo municipal uma vez já ter os passos prévios dados. -----

Sobre a requalificação do Mercado Municipal disse tratar-se de uma obra que tem merecido muita prudência por parte da Câmara, frisando ser uma obra de referência do arquiteto Fernando Távora e que é o monumento mais visitado de Santa Maria da Feira. Informou que a Câmara já esteve em negociações com o filho do Fernando Távora, o José Bernardo Távora, e que vai ser ele a fazer o projeto de recuperação, fazendo sobressair que a intenção é manter o mais próximo possível a traça original, não modificar muito, essencialmente recuperar o edifício. -----

Relativamente ao turismo de natureza disse que o Concelho tem muito turismo desse género, desde os passadiços aos passeios à noite, desde o BTT ao running, ressaltando que tudo isso é turismo de natureza e que é muito procurado no Concelho. Disse que aquilo que conhece melhor é a zona dos passadiços, realçando que encontra muita gente a fazer turismo nos passadiços do Uíma, em Caldas de São Jorge e em Fiães, reafirmando haver no Concelho todo um turismo de natureza diferente do turismo de massas. -----



Sobre Santa Maria da Feira ser um concelho que merece mais, disse não ter dúvidas quanto a isso, ressaltando que, contudo, é preciso trabalhar muito para que as coisas aconteçam porque as coisas não caem do céu aos trambolhões. -----

Em relação à intervenção feita pela deputada municipal Salomé Ventura disse que a mesma falou do relatório e contas e não do orçamento para 2019. Referiu que o Bloco de Esquerda tem uma lógica nas suas intervenções, que é ser absolutamente contra a contratação de serviços externos, defendendo que a Câmara devia internalizar tudo, mesmo que para isso tivesse de ter 10 mil funcionários, e que ficava tudo resolvido. Realçou que as coisas não acontecem assim, frisando que a contratação de serviços externos, feita em muitos serviços públicos, acontece por alguma razão. -----

Quanto à questão da diplomacia económica desenvolvida pela Câmara, nos últimos anos, não ter tido impacto na baixa da taxa de desemprego, e que tal baixa se deveu mais à derrota do governo do PSD, referiu que o período em que a taxa de desemprego mais desceu foi precisamente até 2015, e que, desde então, a descida da taxa tem vindo a ser mais lenta. Disse ficar satisfeito por a taxa de desemprego ter vindo a descer, que espera que rapidamente o País atinja uma situação de pleno emprego, mas que, na sua opinião, tal descida não se deveu ao governo A ou ao governo B, mas sim ao trabalho desenvolvido pelos Presidentes de Câmara. - Disse ter sido um daqueles que pôs os pés ao caminho, que levou consigo empresas ao estrangeiro, que recebeu empresários do exterior, que mostrou caminhos, fazendo sobressair que, nos últimos anos, os Presidentes de Câmara têm tido a cultura para fazer tal percurso, fazendo a diferença na atração de investimento e na mostra de mercados que, até então, nem sequer eram pensados por muitas empresas. -----

Disse conhecer muitas pequenas empresas do Concelho, com meia dúzia de trabalhadores, que nunca tinham pensado em exportar e que, hoje, exportam a maior parte da produção, frisando que o mérito é, sem dúvida, das próprias empresas, comentando que, muitas vezes, apenas precisam que lhes seja mostrado que têm capacidade. -----

Em relação aos investimentos no espaço público salientou que alguns desses investimentos têm de ser feitos pelo Estado, fazendo notar que, tal como dito pelo membro José Leão, uma biblioteca não é feita para dar lucro, que dá lucro de outra forma, tal como um jardim ou um parque natural não é feito para dar lucro, dando lucro de outra forma. Disse ser para isso que há o Estado e se quer que o mesmo funcione bem, usando a receita dos impostos para fazer os



investimentos de acordo com as prioridades, frisando que o investimento no espaço público, salvo uma ou outra exceção, não é para dar lucro mas sim para servir as populações. -----

Aludiu, de seguida, à intervenção feita pelo membro Daniel Gomes, dizendo que o mesmo fez alguns elogios à Câmara, como dizer que a Câmara vai no sentido correto, agradecendo por isso. -----

Sobre a crítica de que o Município não está assim tão bem em termos de competitividade fiscal, disse considerar que o Município está dentro do normal, que tem previstos alguns benefícios tal como têm outros municípios. Referiu ser da opinião que a maior competitividade que o Município tem é precisamente a atenção que dá aos empresários, a disponibilidade, o atendimento permanente, o apoio nas candidaturas, o serviço Via Verde Empresas, para além da concessão de benefícios fiscais de acordo com o regulamento aprovado. -----

Em relação à crítica de que o desenvolvimento económico do Município é um logro, que só se deve ao trabalho dos empresários, disse ser verdade que o Município tem crescido graças aos seus empresários, e que acrescentaria os trabalhadores, sublinhando que os empresários não seriam nada se não tivessem bons trabalhadores. Realçou que a Câmara ajuda naquilo que lhe pedem e naquilo que pode, acrescentando que quem quiser pode perguntar aos empresários o que acham da atuação da Câmara quando precisam dela. Frisou que aquilo que gosta é que os empresários não precisem da Câmara porque isso é muito bom sinal. -----

Sobre a afirmação do Daniel Gomes de que considera que a requalificação das estradas são gestão corrente, disse achar isso ótimo porque, ainda há pouco tempo, a requalificação da rede viária era um assunto de manchetes e de comentários, pelo que ter passado a ser considerado como gestão corrente é bom sinal. -----

Em relação à questão das receitas, disse achar que o membro Daniel Gomes deve ver melhor o que a lei diz nesse âmbito e perceber quais são as regras que a Câmara tem de respeitar para estimar as receitas que vai arrecadar no ano seguinte, comentando que já lá vai o tempo em que as Câmaras empolavam as receitas. -----

Quanto à questão da nova forma de fazer política em Portugal, em que a palavra dada é palavra honrada, referiu ter sido uma piada dita pelo Daniel Gomes para que todos se pudessem rir. -----

Sobre os projetos a que o membro Daniel Gomes aludiu, disse já ter explicado os passos que



são precisos percorrer desde a intenção até à conclusão de uma obra. -----

Relativamente à admiração com a verba de 4 milhões de euros para a realização de obras no Europarque, disse ser uma estimativa e que é muito provável que até venha a ser preciso mais, ressaltando que o Europarque tem uma área coberta de quase 30 mil m², que as ruas de acesso estão a precisar de uma pavimentação geral, ou seja, que há muito trabalho a fazer naquele equipamento. Sobre o Europarque disse que, em conversa com um Presidente de Câmara de um município vizinho, do Partido Socialista, em que lhe dizia que teria de gastar bastante dinheiro no Europarque, ele lhe respondeu que nem se importava de gastar o dobro ou o triplo, que gostava era de ter o Europarque no seu concelho. Fez sobressair que está muito contente por o Europarque se localizar na sua terra, ou seja, no município de Santa Maria da Feira. -----

Sobre achar-se exagerada a verba de 1 milhão de euros para a reabilitação dos Paços do Concelho, disse não considerar essa verba nada exagerada tendo em conta a dimensão dos mesmos. Comentou que era bom que a construção de uns novos Paços do Concelho custasse apenas 1 milhão de euros, pois mandaria construí-lo de imediato. -----

Referiu, sobre a verba de 2,5 milhões de euros que foi falada para a reabilitação da Biblioteca Municipal, que ficou logo preocupado porque essa verba daria para construir uma biblioteca nova, explicando que tal verba corresponde ao total do investimento nas várias obras relativas à área da Cultura e não apenas à Biblioteca Municipal. -----

Em relação ao prejuízo dado pelo Parque Ornitológico de Lourosa, disse que ter o Parque Ornitológico acarreta ter algum prejuízo, realçando que o défice desse equipamento já foi superior a 300 mil euros, que se conseguiu baixar para cerca de 230 mil euros mas que ainda não se conseguiu baixar mais, ressaltando ser um equipamento que a Câmara quer manter e com bom funcionamento. -----

Sobre a questão dos contratos de concessão com a EDP informou ser uma matéria que está a ser trabalhada ao nível da Área Metropolitana do Porto. Referiu que foi proposto que a área da concessão seja a área da Área Metropolitana do Porto, que essa foi uma ideia inicial, mas que, pelo que sabe, a lei não o permite, comentando que até se chegou a falar na ideia de separar a parte da iluminação pública da parte da rede “em baixo”, das linhas elétricas. Reafirmou ser um assunto que a Câmara está a trabalhar na Área Metropolitana do Porto porque considera que os municípios têm muito mais força em conjunto do que irem isolados para um processo



de concurso. -----
Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse esperar que, com o Plano e Orçamento para 2019 apresentado, o Concelho continue na senda do desenvolvimento, comentando que Santa Maria da Feira já é um território atrativo e que suscita algumas invejas por parte dos concelhos vizinhos, sendo da opinião que todos os feirenses podem estar satisfeitos por aquilo que se conseguiu construir ao longo destes anos. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que, tendo já o membro Daniel Gomes exposto grande parte das discordâncias que o Partido Socialista tem do Orçamento Municipal para 2019, não podia deixar de dizer que tal Orçamento se apresenta na senda do passado, com um conjunto de investimentos que serão meras intenções, ressaltando que aquilo que a Câmara faz é, no fundo, o mais básico, que desde há 40 anos se mantém no mesmo e que a Câmara ainda não conseguiu passar para a fase seguinte. -----

Disse não poder deixar de constatar o agarrar do poder que se tem na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira quanto à organização do Orçamento, comentando que será todo o resto do País que está errado ao adotar o orçamento participativo que é, hoje em dia, uma das melhores ferramentas da democracia, lamentando que em Santa Maria da Feira ainda não se tenha enveredado por esse caminho. Referiu não ver essa opção como sendo política, mas sim como um agarrar ao poder, do eu é que decido e defino tudo, salientando que a democracia representativa quando não é conjugada com a democracia participativa perde qualidade e distancia-se mais dos cidadãos. Frisou ficar triste por, no seu Concelho, não se enveredar por tais práticas que pululam por todo o lado e toda a gente as dá como positivas. -----

Realçou que outra nota tem a ver com o facto de o Sr. Presidente da Câmara lutar tanto pelo desenvolvimento económico, mas, por outro lado, investir tão pouco na promoção do Turismo e no aumento das receitas provenientes do Turismo, questionando o porquê disso. Salientou que o Turismo é, para além da parte industrial, o motor do País, mas que no Orçamento da Câmara é o parente pobre, sublinhando que essa área seria aquela em que o Concelho poderia crescer mais rapidamente. -----

Disse, também, que as receitas municipais aumentam mas que as transferências para as Juntas de Freguesia mantêm-se, e que considera que o Orçamento para 2019 deveria transferir mais dinheiro para as Juntas de Freguesia porque é aí que ele é melhor aplicado, uma vez estar



mais perto das pessoas. -----

Concluindo, disse que não deve haver medo de transferir competências e verbas para as Juntas de Freguesia porque estas podem ser um parceiro fundamental para a Câmara Municipal chegar a toda a gente e a todos os espaços do Concelho. -----

Interveio o membro *José Carlos Silva* (PSD) que começou por dizer, a respeito da notícia vinda no Jornal de Negócios sobre os números negativos do Europarque, que também saiu uma notícia no Jornal de Notícias a dar nota das contas eficientes que tem o concelho de Santa Maria da Feira, estando entre os melhores do País, pelo que aí estavam conversados. -----

Referiu que, quando se fala no Europarque, fala-se de crescimento em termos económicos, fala-se na coragem que o Sr. Presidente da Câmara teve em assumir tal equipamento que, apesar do défice que tem dado e que vai continuar a dar durante alguns anos, deixou de ser um elefante branco tal como seria caso a Câmara não o tivesse assumido, pois estaria ao abandono. Frisou que o assumir o Europarque foi, por parte da Câmara, um serviço social, até porque a iniciativa privada não pegava no Europarque, fazendo sobressair que vai haver um crescimento sistémico, que toda a zona envolvente ao Europarque está a crescer e que o próprio Europarque tem recebido seminários internacionais, com grandes oradores, tem recebido eventos culturais e tem um espaço social de lazer único, pelo que aquele complexo tem tudo. Realçou que, para crescer, é preciso olhar para a frente com um bocadinho de visão, dizendo custar-lhe ver de gente jovem, como do Moisés Ferreira, a visão de que tudo tem de ser público, fazendo sobressair que o público tem de ser em consonância com o privado. -----

Em relação à questão da falta de uma escola secundária no Concelho, disse que realmente falta uma porque se fechou o Colégio em Santa Maria de Lamas e, agora, os jovens da sua freguesia, Mozelos, têm de ir para escolas secundárias localizadas em 3 concelhos de 2 distritos diferentes, pois, para além de Santa Maria da Feira, estão a ir para Espinho, Vila Nova de Gaia e São João da Madeira. Frisou que o encerramento do Colégio de Lamas acarretou custos muito maiores, que houve ineficácia, questionando se isso é ter visão estratégica, se isso é aproximar a população uma vez que os alunos, para chegarem à escola às 8h20, têm de apanhar o autocarro às 7h30 e, durante o percurso, pararem em 20 paragens. -----

Prosseguindo disse, sobre a questão do desenvolvimento, que o investimento público, do Orçamento do Estado, diminuiu 300 milhões de euros, que os comboios estão a cair aos



MA
SM

bocados, que não há nada no País que esteja a funcionar, que não se investe, que há programas dos fundos comunitários que nunca foram abertos, que há atrasos nos pagamentos aos formadores e às escolas profissionais como nunca houve, questionando como é que o País se vai desenvolver nestas circunstâncias. Salientou que, portanto, ao nível do desenvolvimento tinha que dar os parabéns à Câmara Municipal pelo trabalho que tem feito. -- Referiu que já não se fala da Ação Social para além de umas obras e que, quanto à Cultura, que era uma crítica habitual, também já se diz que o Município está bem, comentando que os prémios que têm sido ganhos comprovam isso. -----
Realçou que não se falou da empresa Faurecia que vem para o Concelho, mas que se falou da Amy's Kitchen, recordando, sobre esta última, que aquela empresa escolheu Santa Maria da Feira para se instalar e que o Sr. Primeiro-Ministro veio a Santa Maria da Feira para estar presente na assinatura do contrato de investimento feito com a AICEP. -----
Concluindo a sua intervenção referiu que caso a Amy's Kitchen venha a concretizar o investimento em Santa Maria da Feira não se dará crédito à Câmara, mas que caso não se concretize já se atribuirá culpa à Câmara, frisando, sobre isso, que se o investimento não se realizar não é por culpa da Câmara mas sim por culpa de uma coisa chamada Brexit, ou seja, por culpa da saída do Reino Unido da União Europeia, dizendo esperar que tal saída não venha a acontecer.-----

Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer, em relação à crítica feita pelo membro Sérgio Cirino sobre o pouco investimento no Turismo, que essa é uma das áreas em que a Câmara investe de modo muito forte, comentandô que, provavelmente, é dos mais fortes investimentos que a Câmara faz. -----
Salientou que Santa Maria da Feira não tem o sol nem as praias do Algarve, mas que tem turismo de eventos, tem turismo termal, tem turismo de negócios, tem turismo de natureza, reafirmando que a Câmara investe fortemente nesses tipos de turismo e tendo em conta os recursos que tem. Ressaltou que os eventos que acontecem em Santa Maria da Feira já não têm apenas impacto ao nível do Município, que já tem um impacto ao nível regional, destacando que certos eventos fazem esgotar os hotéis num raio de 50 quilómetros. -----
Salientou a pertinência da intervenção feita pelo membro José Carlos Silva, como economista que aquele membro é e como pessoa atenta às questões económicas. -----



Sobre o Europarque disse poder garantir que aquele equipamento, e o conjunto de investimentos que estão a surgir em sua volta, vão transformar aquela zona numa zona de excelência, fazendo sobressair que tal já está a acontecer e que quem quiser pode lá ir comprovar essa situação.-----

Chamou a atenção para o facto de o governo ter gasto 11 milhões de euros no evento Web Summit, realizado em Lisboa, e que se fala que vai investir mais uns quantos milhões de euros para ampliar o parque de exposições, frisando que tudo é drenado para Lisboa e que tal dinheiro também provem dos impostos dos feirenses. Frisou que o governo não mete 1 euro no Europarque e que se a Câmara for pedir dinheiro para o Europarque, o governo diz que não há dinheiro, ressaltando que há um desequilíbrio tremendo nos investimentos feitos pelo Estado.-----

Concluindo, disse que gostava muito que os Deputados de Santa Maria da Feira que estão na Assembleia da República apresentassem uma proposta para que 10%, ou até 5 %, do dinheiro que vai para a Web Summit e para outras coisas do género realizadas em Lisboa, viesse para Santa Maria da Feira para que Santa Maria da Feira também pudesse realizar o seu Summit da Indústria, para a região Norte, deixando-lhes esse desafio.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 34, PS: 1 – Valdemar Silva), 14 votos contra (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1) e 4 abstenções (CDU: 1, IND: 1, PS: 2 – Francisco Andrade e Fernando Sousa), aprovar as Opções do Plano e proposta do Orçamento Municipal para 2019 – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) fez a seguinte declaração de voto:-----

“O Bloco de Esquerda votou, naturalmente, contra o Orçamento que é apresentado pela Câmara Municipal por uma razão muito simples, aliás já foi exposta na intervenção do Bloco de Esquerda. É que o Orçamento é mau. Aliás, nisso é coerente com os orçamentos anteriores apresentados pelo PSD, que são maus e têm prioridades invertidas, não fazem aposta na ação social, como nós bem referimos, fazem aposta em muita despesa supérflua, muita para empresas de software, muita para empresas de concelhos vizinhos de relvados sintéticos,



Handwritten initials and a signature.

Handwritten mark resembling a circled '5'.

muita para privados, pouco para o público. -----

E, por isso, nós votámos contra, como é óbvio, este Orçamento. Aliás, o Orçamento deve ser particularmente mau porque foi aqui dito pelos senhores deputados do PSD que a oposição tinha dificuldades em sustentar as críticas, mas, pelas duas intervenções que nós ouvimos do PSD, o PSD tem muita dificuldade em defender este Orçamento porque só disse generalidades, falou do Orçamento de Estado para fugir da discussão do Orçamento Municipal, de tão mau que ele é. Com amigos assim, Sr. Presidente, ninguém precisa de inimigos, deixe-me que lhe diga. -----

E foi aqui falado o Colégio de Santa Maria de Lamas. Eu acho que o PSD também deve fazer uma crítica muito grave sobre isso a si próprio porque, no passado, recusou a construção de uma nova secundária para privilegiar o Colégio de Lamas.” -----

O membro *José Manuel Leão* (PSD) pediu a palavra, o que lhe foi concedido, para fazer a seguinte declaração de protesto: -----

“Sr. Presidente, desculpe, mas isto é uma declaração de protesto porque, como há bocado eu disse, eu desculpo a ignorância, agora um Deputado da Nação pedir uma declaração de voto para vir falar de assuntos que foram tratados durante a discussão, acho que é ridículo. Ele realmente está a ultrapassar os limites.” -----

6 – Contrato-Programa para 2019 a celebrar entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.-----

- Autorização da Assembleia Municipal para celebração do contrato-programa -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 29 de outubro de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Acompanha a deliberação em referência a minuta do contrato-programa em epígrafe, instruída



com o parecer prévio do Revisor Oficial de Contas Ângelo Couto, C. Ribeiro & L. Carvalho, SROC, datado de 23 de outubro de 2018 – documentos cujos teores se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que o CDS-PP, à semelhança do ano anterior, iria votar favoravelmente a aprovação do contrato em questão pois considera que os serviços prestados pela Feira Viva são essenciais para a qualidade de vida e para a manutenção de alguns serviços que a Câmara Municipal não consegue prestar. --- Salientou que, apesar disso, queria deixar alguns reparos, e que um deles diz respeito à prática da descentralização das atividades, para que estas abranjam grande parte das freguesias do Município.-----

Referiu que também queria deixar um pedido de maior transparência na gestão da Feira Viva e na articulação que esta tem com a Câmara Municipal, frisando que este é um ponto relevante, tanto no que diz respeito ao contrato-programa como na questão da elaboração do Orçamento Municipal.-----

Concluindo, disse não se poder omitir dos feirenses o ranking do Município no Índice de Transparência Municipal, ressaltando que, em 2017, Santa Maria da Feira ficou na posição 227, em 308 municípios, tendo piorado 13 posições relativamente a 2016.-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que o BE, tal como fez em anos anteriores, iria votar contra a proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

Referiu ser sabido que a empresa municipal Feira Viva vive integralmente dos subsídios que para ela são transferidos e da exploração dos espaços que lhe são cedidos, ou seja, do subsídio de 1,725 milhões de euros, da bilheteira de equipamentos e eventos públicos e da exploração de espaços que são do Município, acrescentando que a Feira Viva nada faz a mais daquilo que a autarquia, por si própria, poderia e conseguiria fazer.-----

Salientou que o caso do Europarque é paradigmático desse ponto de vista, realçando que a gestão da Feira Viva reduziu o número de eventos, reduziu as receitas, aumentou o prejuízo, comentando que tal não aconteceu por culpa do Jornal de Negócios, mas sim por culpa da gestão da Feira Viva. -----

Referiu que, perante isto, a questão que coloca é para que serve, então, a empresa municipal



Handwritten initials and a circled number '45'.

Feira Viva, questionando se serve para retirar do escrutínio mais apertado uma série de áreas. - Perguntou, de seguida, se a Feira Viva continua a arrendar espaços, por milhares de euros, a um dos seus administradores, de seu nome Eduardo Cavaco. Referiu que o Bloco de Esquerda tem levantado esta questão várias vezes e que o Sr. Presidente da Câmara vai dizendo que essa situação vai ser resolvida, questionando se esse claro conflito de interesses já foi resolvido. -----

Salientou, de seguida, que o Sr. Presidente da Câmara, que também integra o Conselho de Administração da Feira Viva, disse, nesta sessão, que não há precariedade na empresa municipal. Realçou não ser essa a informação que o BE tem, pelo que questionava quantos recibos verdes existem na empresa municipal cujo horário, salário e local de trabalho é definido pela Feira Viva, e quantos desses trabalhadores respondem hierarquicamente à Feira Viva. Ressaltou que essa é a definição de um falso recibo verde e que um falso recibo verde é exploração e é precariedade, insistindo em perguntar quantos trabalhadores da Feira Viva estão nessas condições. -----

Interveio o membro **Sérgio Cirino** (PS) que começou por dizer que o PS não tem dúvidas que a gestão mais ágil que a empresa municipal pode introduzir em algumas atividades tem as suas vantagens, mas que todas as vantagens também têm inconvenientes, ressaltando que a Feira Viva não é uma coisa despicienda, que custa ao erário público a módica quantia de 5 mil euros por dia, pelo que é preciso ir sendo auditada. -----

Referiu que tal como tem vindo a dizer, há muitos anos, que a Câmara deve ter contas equilibradas, também entende, por maioria de razão, que a empresa municipal também as deve ter, mas que não as tem, pelo que considera que a empresa municipal Feira Viva não tem andado no bom caminho. -----

Disse que, no Orçamento Municipal, é destacado que a Câmara paga aos seus fornecedores a 15 dias, lamentando que o mesmo não aconteça em relação à Feira Viva e que esta esteja a pagar a 90, a 120 e até a 300 dias. -----

Salientou que é atribuído à Feira Viva um subsídio à exploração de 1,725 milhões de euros e que, para além disso, as contas da empresa municipal refletem um passivo a fornecedores, e outras contas por pagar, de cerca de 1,700 milhões de euros, frisando que tal situação não pode acontecer e que é preciso haver coerência, comentando que se é bom para a Câmara



pagar a tempo e horas também o é para a Feira Viva, pelo que esta deve praticá-lo. -----

Prosseguindo, disse haver um contínuo arrastar da falta de investimento nos equipamentos que são da Câmara Municipal, ressaltando que se fala, há muitos anos, dos investimentos a fazer nas piscinas municipais, especialmente nas de Fiães e de Lourosa, para que apresentem uma melhor oferta e para serem mais rentáveis, que o orçamento da Feira Viva para 2019 torna a falar deles, mas que, na realidade, tais investimentos vão transitando de ano para ano sem que sejam feitos. -----

Disse que, com pouco investimento, se conseguiriam novas rentabilidades, nomeadamente ao nível da eficiência energética, questionando o porquê de tais investimentos não serem feitos. --

Referiu ser público, que tal foi noticiado nos jornais, que o administrador da Feira Viva disse que prescindia de 23% do Europarque porque o mesmo tem edificado a mais para conservar. Salientou não compreender como é que, tendo o Europarque edificado a mais, ainda se paga 100 mil euros de rendas, comentando não ver qualquer justificação para isso e que também não quer chamar a isso de jeito ou de favor político. -----

Realçou que, por outro lado, não se adaptou a empresa municipal de modo a esta ficar com a gestão do Europarque, que foi mais um “ficas com aquele equipamento e depois vê-se”, salientando que as coisas não podem ser assim dado que o Europarque é mais um sítio para se gastar dinheiro. -----

Questionou, por exemplo, qual é a perspetiva e qual é o estudo que existe para a rentabilidade da piscina de Canedo, seja a rentabilidade social, seja a rentabilidade económica, frisando que são essas questões que devem ser pensadas antecipadamente. -----

Referiu que, nesse contexto, parafraseava um elemento do PSD, o Miguel Relvas, quando este diz “hardware nós já temos, falta é o software”, acrescentando que não basta fazer mais um equipamento, que é preciso saber o que este vai oferecer e quanto vai custar, quais as vantagens e as desvantagens porque, depois, a conta vai chegar e alguém vai ter de a pagar. ---

Disse que o grupo municipal do PS considera que a empresa municipal podia estar muito melhor do que está, que podia estar mais sã nos pagamentos, que podia estar melhor de contas, frisando que, por muito que lhe expliquem, não vai entender como é que se defende uma coisa na Câmara e, na empresa municipal, faz-se precisamente o oposto.-----

Concluindo, disse que o grupo municipal do PS iria votar contra esta matéria, apesar de reconhecer que algumas das atividades são bem desempenhadas pela Feira Viva e têm níveis



de notoriedade bastante acima da média. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Sobre a referência feita pelo membro Ângelo Santos ao Índice de Transparência Municipal, realçou que esse índice não tem jeito nenhum e que prova disso é que, pelo que sabe, vai ser encerrado, salientando que o índice fazia uma análise aos portais dos municípios e penalizava por, por exemplo, não ter publicitado o número de telemóvel do Presidente da Câmara ou se, para consultar informação relativa à contratação pública, tivesse um link a remeter para um outro site onde essa informação estivesse disponível. -----

Informou que o portal do Município está a ser reformulado e que todas essas questões vão estar vertidas no novo portal, comentando que se o índice da transparência fosse continuar provavelmente o município de Santa Maria da Feira iria ficar em 1.º lugar. -----

Referiu que o índice de transparência é uma grande falácia e que muito mais importante do que esse é o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, que é produzido por professores universitários da Universidade do Minho, onde é feita uma análise rigorosa e científica às contas e aos números dos municípios, fazendo sobressair que nesse anuário Santa Maria da Feira está bem. -----

Relativamente à notícia sobre o Europarque que saiu no Jornal de Negócios, comentou que as “fake news” são uma coisa muito curiosa, realçando que a notícia fez uma comparação entre os resultados atuais e os verificados em 2010, comentando que 2010 foi um ano de excelentes resultados no Europarque, ainda sob a administração da Associação Empresarial de Portugal (AEP). Referiu que se a comparação versasse os dados dos últimos anos em que a AEP esteve a gerir o Europarque, em 2013 e 2014, se constataria que os números publicados na notícia estão completamente deturpados, comentando que qualquer pessoa minimamente de bem percebe a diferença de dinâmica que existe no Europarque. -----

Sobre as rendas pagas ao Sr. Eduardo Cavaco pela utilização dos armazéns no lugar do Cavaco, recordou que esses contratos de arrendamento já vêm do tempo em que o Sérgio Cirino fazia parte da administração da Feira Viva, ou até anterior a isso, ressaltando que os armazéns são necessários porque é preciso guardar cardeiras, mesas e demais materiais que são usados nos múltiplos eventos e que vão servindo de uns anos para os outros, e que tais arrendamentos vão ser mantidos enquanto não houver melhor alternativa. -----



Quanto à questão da precariedade e falsos recibos verdes reafirmou que não existem situações dessas na empresa municipal, que não há nenhum trabalhador que tenha horário completo e que esteja a recibo verde. Disse que a caracterização do recibo verde é precisamente o horário praticado e a subordinação hierárquica, ressaltando que a maioria das pessoas que estão a recibo verde são prestadores de serviços de 1 ou 2 horas por dia, principalmente nas aulas de natação. Fez notar que pediu para que essa questão fosse reanalisada porque poderia, eventualmente, haver alguma situação que estivesse a escapar, e que lhe foi informado pelos serviços jurídicos da Feira Viva que não há nenhuma situação que configure falsos recibos verdes ou precariedade. -----

Sobre a referência feita pelo membro Sérgio Cirino de que a Feira Viva tem de ser auditada, fez sobressair que a empresa municipal tem auditor externo, que tem TOC e ROC, sublinhando que a auditoria é feita e que a lei é devidamente cumprida no que a essa matéria diz respeito. -----

Em relação ao prazo dos pagamentos, disse que as situações em que os pagamentos são feitos a mais de 90 dias são residuais. Recordou que, há uns anos, a Feira Viva teve um litígio com as Finanças de Aveiro, em relação à devolução do IVA, e que, nessa altura, ficou, de facto, com uma situação de tesouraria muito débil e teve um período em que demorou algum tempo a pagar aos fornecedores, tendo algumas dívidas atingido centenas de milhares de euros. Fez notar que, entretanto, foi feito um plano de recuperação e que, neste momento, se houver algum caso será residual. Realçou que o grande devedor é precisamente o Estado porque nunca devolveu à Feira Viva os 600 mil euros que são da empresa municipal, tendo, por isso, a Feira Viva instaurado uma ação em tribunal contra o Estado para que lhe seja devolvida essa verba e os respetivos juros de mora. -----

Sobre a questão de um administrador da Feira Viva ter dito que prescindia de 23% do Europarque, esclareceu que nenhum administrador da Feira Viva fez essa afirmação, realçando que essa frase foi dita pelo Diretor-Geral da Feira Viva no contexto de uma discussão académica, e que o mesmo fez uma explicação clara do que queria dizer. Explicou que aquilo que o Diretor-Geral da empresa municipal queria dizer é que, apesar da boa ocupação do Europarque, é preciso aumentar em mais de 30% a ocupação e, principalmente, aumentar os preços praticados, frisando que retirar essa afirmação do contexto é deturpar as palavras que foram ditas. -----



Em relação a rentabilidade das piscinas de Canedo disse ser do conhecimento geral que as piscinas são os equipamentos mais caros em termos de funcionamento e manutenção, dando nota que, até tendo em conta a zona onde se vão localizar as piscinas, poderá haver uma maior ou menor adesão face ao estimado. Concluindo, disse que a principal atividade a levar a cabo naquele equipamento é, naturalmente, a natação, e que esta será complementada por outras, como as atividades de ginásio. -----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) pediu novamente da palavra, dizendo que o Sr. Presidente da Câmara referiu que a notícia do Jornal de Negócios compara a atual situação do Europarque com a situação verificada em 2010, e que tal não é verdade, realçando que, porque entende que o debate deve ser franco e residir na verdade dos factos, passaria a citar a notícia. Concluindo, leu o seguinte extrato da referida notícia: -----

“Na verdade, operacionalizar um adequado redimensionamento do Europarque e alcançar a sua viabilidade económica configura um desiderato que não se revela nada fácil, a acreditar nos últimos números oficiais, em virtude da queda verificada entre 2016 e 2017 no nível de atividade (menos 21%) e na agudização do EBITDA (menos 17%), o qual se exhibe cada vez mais negativo (-392 mil euros)”, alerta o estudo. -----

Desde que a sua gestão passou para as mãos da empresa municipal Feira Viva, em abril de 2015, o EBITDA carrega no vermelho e a faturação do Europarque não para de cair, para 383 mil euros em 2017, menos 100 mil euros do que no ano anterior.” -----

O *Sr. Presidente da Câmara* questionou ao membro *Moisés Ferreira* se havia lido a totalidade da notícia e se tinha visto qual o ano que serviu de base para comparar o EBITDA, tendo o membro *Moisés Ferreira* respondido que é com os anos de 2016 e 2017, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* retorquiu dizendo que a comparação é com o ano de 2010. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 34, CDS-PP: 1), 13 votos contra (PS: 11, BE: 2) e 5 abstenções (CDU: 1, IND: 1, PS: 3 – Fernando Sousa, Valdemar Silva e Francisco Andrade), autorizar a celebração do Contrato-Programa para 2019 entre o Município de Santa Maria da Feira e a Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., nos termos da deliberação camarária



de 29 de outubro de 2018. -----

7 – Postura de trânsito – Travanca e São Miguel do Souto-----

8 – Postura de trânsito – União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô
(Mosteirô) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 5 de novembro de 2018 e restante documentação que as acompanha, enviadas, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas.-----

Interveio o membro *Francisco Andrade* (PS) que começou por dizer que, na qualidade de Presidente da Junta da União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô, e na defesa dos interesses de quem o elegeu, era obrigado a pronunciar-se sobre a proposta de alteração às propostas de trânsito em referência. -----

Sobre a alteração à postura de trânsito que irá afetar São Miguel do Souto e Travanca – ponto n.º 7 – disse que, antes de explicar o motivo da sua discordância, queria realçar dois aspetos, e que o primeiro se prende com a fraca qualidade dos documentos que foram disponibilizados na plataforma eletrónica, acrescentando ter dúvidas que os membros desta Assembleia tenham atingido os objetivos da alteração e que tenham conseguido perceber qual é o elemento arquitetónico que se encontra no local, ou seja, um separador central. -----

Referiu que, em segundo lugar, não podia deixar de manifestar o seu desagrado, e que já o fizera pessoalmente, por ter tomado conhecimento da presente alteração da postura de trânsito através da convocatória da presente sessão. Disse que, uma vez que os afetados serão principalmente os habitantes das freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô e, também, da freguesia de Travanca, entende que as respetivas Juntas de Freguesia deviam ter sido primeiramente consultadas. Nessa medida, referiu não saber se a Junta da União das



Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo foi, ou não, consultada, mas que sabe que a Junta da União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô não foi, pelo que considera que se estava a inverter o processo correto, ou seja, de aferir primeiramente as pessoas que vão ser afetadas. -----

Realçou ter também constatado, da análise que fez aos documentos, que é feita referência, por inúmeras vezes, a uma informação técnica, mas que não conseguiu aperceber-se dela pelo que não sabe o que essa informação técnica diz, quais os problemas que apresenta e quais as soluções que propõe.-----

Prosseguiu dizendo que, em relação à proposta de alteração, conclui que para resolver um problema que, supostamente, se prende com a Rua Dr. Arnaldo dos Santos Coelho, é criado um novo. Referiu concordar que nesse cruzamento, da Rua Dr. Arnaldo dos Santos Coelho com a Rua da Atalaia, deve ser colocado um sinal Stop e um de obrigação de virar à direita, mas que já não pode concordar com a colocação de um sinal de cedência de passagem, fazendo notar que quem circular no sentido Souto-Feira, ao chegar a um separador central e estando a circular na via principal, vai-se deparar com um sinal para ceder a passagem a quem circula numa via secundária, ressaltando não perceber esse objetivo. Fez sobressair que o que existe no local é um separador central, que não é uma rotunda, que se fosse uma rotunda não estava sequer a falar do assunto, acrescentando que a análise da situação o faz questionar-se se o técnico terá efetivamente visitado o local e se terá circular nos dois sentidos, achando curioso que, na mesma razão de espaço e de circulação, só seja colocado esse sinal no sentido Souto-Feira. -----

Sublinhou que foi eleito para defender os superiores interesses da população de São Miguel do Souto e Mosteirô, e que é isso que estava a fazer porque entende que essa sinalização, a ser colocada, irá causar constrangimentos a quem ali circula a título particular e profissional. -----

Em relação ao ponto n.º 8, disse concordar plenamente com a colocação das lombas redutoras de velocidade, mas que, no entanto, queria deixar um alerta e um apelo à Câmara. Disse que, no seu entender, existem situações bem mais prementes, designadamente a situação verificada junto ao Centro Escolar de Mosteirô, salientando ser uma escola onde estão 120 crianças e que já houve pelo menos 3 casos, só em 2018, que quase resultaram em acidente. Fez notar que já foi solicitada a colocação, nesse local, de uma lomba redutora de velocidade e de uma passadeira, reafirmando tratar-se de uma situação prioritária.-----



Referiu saber que essa via pertence à empresa pública Infraestruturas de Portugal, mas que, no entanto, entende não haver ninguém melhor do que a Câmara para pressionar a Infraestruturas de Portugal a colocar as lombas redutoras de velocidade. -----

Disse que, no mesmo sentido, já interpelou a Câmara, por inúmeras ocasiões, no sentido de serem feitas obras na EN 327, na zona de Mosteirô, designadamente a pintura das faixas e a colocação de lombas redutoras de velocidade, comentando que os veículos que nela circulam excedem largamente os limites de velocidade, também por falta de civismo, pelo que a colocação dessas lombas ajudaria a minimizar esse problema. -----

Concluindo a sua intervenção questionou à Câmara qual é, afinal, a entidade responsável pela EN 327, se é o Município ou se é a Infraestruturas de Portugal. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer queria acrescentar um dado que em relação ao ponto n.º 7 da Ordem do Dia. Referiu que em 2006, pouco tempo após ter sido eleito para a Câmara Municipal, tomou conhecimento de uma urbanização localizada em Travanca, na rua que liga o centro de Santa Maria da Feira ao centro de São Miguel de Souto, que cresceu para a rua. Referiu que lhe era dito que aquela situação era legítima porque a rua tinha 10 metros de largura e podia ter só 7 metros, mas que tem dúvidas quanto a essa legitimidade. Disse que tal situação veio criar obstáculos e levantar os tais problemas do separador, da rotunda, do meio separador, da meia rotunda, levando a que se pretenda, agora, colocar naquela estrada principal um sinal de Stop quando, no seu entendimento, já não há arranjo possível para aquele local porque se deixou crescer a urbanização para o lado da estrada. -----

Usou da palavra, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, o *Sr. vereador António Topa Gomes*, do Pelouro das Obras Municipais, Mobilidade, Planeamento e Ordenamento do Território, que começou por dizer, em relação ao ponto n.º 7 da Ordem do Dia e ao porquê de se manter a proposta técnica que já havia sido apresentada e mais ou menos discutida com o Sr. Presidente da Junta, que a zona em questão é, efetivamente, uma zona de grande sinistralidade, que já havia um pedido para se resolver aquela situação, tendo-se chegado à proposta em discussão. -----

Salientou que a situação de quem segue no sentido Feira-Souto é diferente em relação à de



quem segue no sentido contrário, fazendo notar que quem segue no sentido Feira-Souto não chega efetivamente ao separador central, que pode virar diretamente para Travanca.-----

Referiu que quem circula no sentido Souto-Feira encontra um separador central, mas que esse é muito mais largo, tendo a forma de uma rotunda, e que, portanto, os técnicos acharam prudente, como medida de acalmia de trânsito, colocar-se a sinalização de aproximação de estrada com prioridade.-----

Concluindo disse que, naturalmente, a Câmara estará atenta ao evoluir da situação e se sentir que tais medidas não estão a funcionar bem procederá às devidas correções, mas que lhe parece que a proposta apresentada é de implementar, de forma a resolver a questão da grande sinistralidade que existe naquele local. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

7 – Postura de trânsito – Travanca e São Miguel do Souto -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor (PSD), 11 votos contra (PS) e 8 abstenções (BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1, PS: 3 – Fernando Sousa, Valdemar Silva e Francisco Andrade), aprovar a regularização dos sentidos de trânsito na interseção que compreende a Rua Dr. Arnaldo dos Santos Coelho, a Rua Alminhas do Monte, a Rua da Atalaia e a Travessa da Atalaia, entre a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo e a União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô, para implementação imediata, prevenindo eventuais acidentes graves, nos termos da deliberação camarária de 5 de novembro de 2018 e de acordo com o mapa que instrui o assunto – documento que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

8 – Postura de trânsito – União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô (Mosteirô) -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor (PSD: 34, PS: 13, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 2 abstenções (IND: 1, PS: 1 – Fernando Sousa), aprovar a implementação de um sistema de acalmia de tráfego na Rua Gil Andrade e Silva, da União das Freguesias de São Miguel do Souto e Mosteirô (Mosteirô), através da execução de duas



lombas redutoras de velocidade, prevenindo eventuais acidentes graves, nos termos da deliberação camarária de 5 de novembro de 2018 e de acordo com o esquema e peça desenhada que instruem o assunto – documentos que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

9 – Proposta de constituição de júris para concursos de cargos dirigentes -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe – a que se refere a deliberação camarária de 5 de novembro de 2018 enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 36 votos a favor, 3 votos contra e 14 votos em branco, aprovar a proposta da Câmara para a constituição dos seguintes júris para o recrutamento do cargo de dirigente das seguintes unidades orgânicas:-----

Departamento Urbanismo:-----

Presidente – Vereador António Topa Gomes; -----

1.º vogal – Eng.º Santos Costa; -----

2.º vogal – Dra. Sónia Azevedo. -----

Departamento de Obras Municipais: -----

Presidente – Vereador António Topa Gomes; -----

1.º vogal – Eng.º Santos Costa; -----

2.º vogal – Dra. Sónia Azevedo. -----

Departamento Jurídico:-----

Presidente – Vereador Vítor Marques; -----

1.º vogal – Eng.º Santos Costa; -----

2.º vogal – Dra. Sónia Azevedo. -----

Divisão de Ambiente: -----

Presidente – Eng.º Martins Correia; -----

1.º vogal – Dra. Nazaré Martins;-----



2.º vogal – Dra. Andreia Santos. -----

Divisão de Conservação de Edifícios: -----

Presidente – Eng.º Martins Correia; -----

1.º vogal – Eng.º Francisco Mota; -----

2.º vogal – Dra. Nazaré Martins. -----

Divisão de Estudos e Projetos: -----

Presidente – Vereador António Topa Gomes; -----

1.º vogal – Eng.º Martins Correia; -----

2.º vogal – Eng.º Mário Araújo. -----

Divisão de Fiscalização e Empreitadas: -----

Presidente – Eng.º Martins Correia; -----

1.º vogal – Eng.º Mário Araújo; -----

2.º vogal – Eng.º Francisco Mota. -----

Divisão de Cartografia e Informação Geográfica: -----

Presidente – Vereador António Topa Gomes; -----

1.º vogal – Eng.º Vítor Bernardino; -----

2.º vogal – Eng.º Mário Araújo. -----

Divisão de Gestão Urbanística: -----

Presidente – Eng.º Vítor Bernardino; -----

1.º vogal – Dra. Ilda Almeida; -----

2.º vogal – Dra. Nazaré Martins. -----

Gabinete de Informação Geográfica: -----

Presidente – Vereador António Topa Gomes; -----

1.º vogal – Eng.º Vítor Bernardino; -----

2.º vogal – Eng.º Mário Araújo. -----

Divisão de Apoio Administrativo Urbanismo: -----

Presidente – Eng.º Vítor Bernardino; -----

1.º vogal – Dra. Sónia Azevedo; -----

2.º vogal – Dra. Graça Santos. -----

Divisão de Planeamento: -----

Presidente – Vereador António Topa Gomes; -----



1.º vogal – Eng.º Martins Correia; -----

2.º vogal – Dra. Nazaré Martins. -----

Divisão de Desporto e Juventude: -----

Presidente – Vereadora Cristina Tenreiro; -----

1.º vogal – Dra. Andreia Santos; -----

2.º vogal – Dra. Nazaré Martins. -----

Gabinete de Qualidade e Auditoria: -----

Presidente – Vereadora Helena Portela; -----

1.º vogal – Dra. Sónia Azevedo; -----

2.º vogal – Dra. Andrea Dias. -----

Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos: -----

Presidente – Vereadora Helena Portela; -----

1.º vogal – Dra. Sónia Azevedo; -----

2.º vogal – Dra. Graça Santos. -----

Saiu o membro Armando Teixeira. -----

10 – Resolução do Contrato de Concessão com a P. Parques (ao abrigo do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos da disposição regimental em epígrafe e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pelo grupo municipal do BE, registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 13.946, em 5 de novembro de 2018 – documento enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Fez ainda alusão à recomendação que instrui o assunto e que igualmente foi distribuída, oportunamente, aos membros da Assembleia Municipal – que, seguidamente, se transcreve: ---

“FIM DO CONTRATO DE CONCESSÃO COM A P. PARQUES -----

Em setembro de 2008 a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira decidiu lançar um concurso público para a ‘Concessão da exploração do estacionamento público de superfície de duração limitada e utilização onerosa na Zona A e de exploração do parque de estacionamento subterrâneo, na cidade de Santa Maria da Feira’. -----



Em contrapartida, a concessionária, para além do pagamento do valor proposto pela concessão, fica obrigada a um pagamento fracionado de 40% da receita resultante da exploração do estacionamento à superfície, a ser efetuado mensalmente no 8º dia útil do mês seguinte a que diz respeito a receita, ficando ainda obrigada a “manter o estabelecimento da concessão em bom estado de conservação e perfeitas condições de utilização e segurança”, a entregar, montar e instalar os equipamentos de cobrança e a prestar uma caução no valor de 2% do valor total do contrato. -----

No referido contrato, está explícito que se salvaguarda o direito de fiscalização da Câmara Municipal sobre a concessionária e que o Município tem poderes para resolver, resgatar ou sequestrar o contrato de concessão, em situações concretas melhor especificadas no Caderno de Encargos. -----

No ponto oitavo do Contrato de Concessão diz explicitamente que “Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato de concessão e do direito de indemnização nos termos gerais, o representado do primeiro outorgante pode resolver o contrato quando se verifique o estipulado na cláusula 36.ª do Caderno de Encargos”, a saber: “a) incumprimento das cláusulas contratuais; b) desvio do objeto da concessão; c) a alteração das taxas de estacionamento em vigor na Zona de Estacionamento A, sem prévia alteração ao Regulamento Municipal de Estacionamento de Superfície do Município de Santa Maria da Feira; d) a alteração das tarifas cobradas aos utentes do parque de estacionamento subterrâneo sem prévia autorização escrita do Município de Santa Maria da Feira; e) a extinção/falência do concessionário; f) a transmissão para terceiros de qualquer atividade, sem prévia e expressa autorização do Município de Santa Maria da Feira; g) a desobediência reiterada às instruções do ponto de vista da gestão e exploração, emanadas pelo serviço do Município de Santa Maria da Feira relativamente à manutenção e conservação das instalações, do equipamento e eficiência do serviço; h) a falta por parte do concessionário, do pagamento dos valores a liquidar nos termos definidos, subsistindo essa situação por um período superior a 6 (seis) meses, após ter-se o mesmo constituído em mora; i) recusa ou impossibilidade do concessionário em retomar a concessão na sequência de sequestro; j) repetição, após retoma da concessão, das situações que motivaram o sequestro; k) ocorrência de deficiência grave na gestão e exploração, em termos que possa comprometer a sua continuidade ou regularidade nas condições exigidas pela lei ou contrato”. -----



É referido ainda na referida cláusula que, nestes casos, “o parque de estacionamento e todo o equipamento aplicado no mesmo e na zona de estacionamento de superfície ficarão propriedade do concedente, sem que o concessionário tenha direito a qualquer indemnização e/ou à devolução da coisa prestada”.-----

A P. Parques é a empresa que atualmente explora a concessão do estacionamento em Santa Maria da Feira. É uma empresa que não paga os 40% da receita resultante da exploração do estacionamento à superfície desde 2010. Nestes 100 meses de incumprimento do contrato acumulou já uma dívida de quase 700 mil euros ao Município de Santa Maria da Feira.-----

Incompreensível é que a Câmara Municipal, tendo poderes para resolver o contrato sem qualquer tipo de indemnização para com a empresa incumpridora, tenha optado por manter uma concessionária que não paga há 100 meses.-----

Esta situação atenta contra o interesse público e contra o erário público; prejudica os feirenses e o concelho, pelo que o contrato de concessão deve ser terminado de imediato.-----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 12 de novembro de 2018, recomenda ao Executivo Camarário:-----

Resolver, imediatamente e conforme previsto no Caderno de Encargos, o contrato de concessão com a empresa P. Parques por “falta por parte do concessionário, do pagamento dos valores a liquidar nos termos definidos, subsistindo essa situação por um período superior a 6 (seis) meses, após ter-se o mesmo constituído em mora”, não resultando daqui nenhum tipo de indemnização à concessionária.”-----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao membro Moisés Ferreira para que fizesse a explanação da recomendação em referência.-----

Usou da palavra o membro **Moisés Ferreira** (BE) que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----

“Há um assalto em curso no concelho de Santa Maria da Feira.-----

É um assalto que dura há 100 meses, e há alguém que assalta o Município, há alguém que encobre o assalto e há alguém que, inevitavelmente, fica sem o dinheiro que é roubado.-----

As personagens desta história têm obviamente nomes, nenhuma delas é, obviamente, inocente.-----

A P. Parques é a empresa que está a assaltar o erário público por não estar a pagar o que deve



Handwritten signature

há 100 meses, o executivo do PSD é o que encobre e dá respaldo ao assalto, permitindo que ele continue, porque se recusa a acabar com uma concessão ruinosa para o Concelho, tendo instrumentos legais para acabar com essa mesma concessão. -----

O Município é, infelizmente, a vítima que está a perder já cerca de 700 mil euros com esta situação. -----

Estes são os factos:-----

Ponto n.º 1 - Em setembro de 2008 a Câmara decidiu concessionar a exploração do estacionamento público à superfície bem como a exploração do parque de estacionamento subterrâneo. -----

Ponto n.º 2 - Em abril de 2009 é assinado o contrato de concessão. O contrato é de 30 anos no caso do estacionamento subterrâneo e de 20 anos no caso do estacionamento à superfície. -----

Em contrapartida, a concessionária, a empresa, para além da oferta inicial, fica obrigada a pagar mensalmente 40% da receita resultante do estacionamento à superfície. -----

Facto n.º 3 - A empresa privada, entretanto P. Parques, deixou de pagar em julho de 2010, há mais de 8 anos atrás. Nunca mais pagou, há 100 meses que não paga um tostão, 700 mil euros em dívida ao município de Santa Maria da Feira. -----

Ponto n.º 4 - O caderno de encargos anexo ao contrato diz, de forma muito clara, que a Câmara Municipal pode resolver o contrato, ou seja, acabar com o contrato sem qualquer tipo de indemnização à concessionária se se verificar, e passo a citar o caderno de encargos: a falta por parte do concessionário, do pagamento dos valores a liquidar nos termos definidos, subsistindo essa situação por um período superior a 6 meses.-----

6 meses, não é 100 meses, 6 meses, e a situação dura há 100 meses sem que a Câmara tenha posto um ponto final a esta situação. -----

Estes são os factos.-----

E estas são as explicações que se exigem ao Executivo:-----

Porque não resolveu a Câmara o contrato que é lesivo quando o poderia fazer?-----

Porque deixou acumular uma dívida de 700 mil euros que só prejudica o Município?-----

Porque continua sem acabar com o contrato? Porquê?-----

Porque se limita a pedir dinheiro, o dinheiro em falta, quando o que deveria fazer era exigir o dinheiro em falta e, ao mesmo tempo, acabar com o contrato?-----

Porque é que, tendo instrumentos legais, que estão no caderno de encargos e que dizem que a



Câmara pode resolver o contrato sem nenhum direito a indemnização à concessionária privada, se a concessionária não pagar durante 6 meses, porque é que a Câmara deixou a situação arrastar-se durante 100 meses e acumular uma dívida de 700 mil euros? Porquê? É essa a questão que tem de ser aqui respondida. -----

E tem de ser respondido se a Câmara quer mesmo acabar com o contrato ou se quer apenas fazer um acordozinho para safar a empresa que já deveria ter sido despachada desta concessão há mais de 8 anos. -----

E, por isso, é que o Bloco de Esquerda traz a esta Assembleia Municipal uma proposta muito simples, que se salvguarde os interesses do Município, que se acabe com o assalto que está em curso, que se acabe com este contrato ruinoso, que, de uma vez por todas, todos os partidos nesta Assembleia Municipal votem a favor do fim da concessão à P. Parques.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que não podia deixar de realçar que o incumprimento da concessionária P. Parques é feito com requintes de malvadez porque esta até colocou, nos carros, uns papeis amarelos a incentivar o pagamento do estacionamento quando é público e notório que a própria concessionária não paga à Câmara Municipal, comentando que é preciso ter uma grande lata para fazer isso. -----

Referiu considerar que os esclarecimentos que têm sido prestados sobre esta matéria não são suficientes, pelo que queria fazer algumas perguntas à Câmara. Salientou que o caderno de encargos prevê a aplicação de multas ao concessionário quando ele incumpre, questionando à Câmara quantas multas é que aplicou, quais foram os valores que reverteram a favor da Câmara e quais foram os procedimentos adotados nesse âmbito. -----

Salientou que o caderno de encargos também estabelece, no artigo 36.º, n.º 1, alínea h), que um dos motivos para a resolução pelo concedente é a falta de pagamento por parte do concessionário dos valores a liquidar nos termos definidos, desde que subsistindo a mora por mais de 6 meses. -----

Referiu que a Câmara podia colocar no seu portal informação sobre o processo para que as pessoas pudessem auditar, que isso seria transparência, mas que como tal não acontece aquilo que sabe é o que é do conhecimento público, ou seja, que só passados vários anos de incumprimento é que o Município intentou uma ação judicial. Questionou porque é que



Câmara, durante todos esses anos, nada fez quando podia ter resolvido o contrato após 6 meses de incumprimento, perguntando se tal proceder foi para acautelar o interesse público ou o interesse privado. -----

Disse que a dívida à Câmara já ronda os 700 ou 800 mil euros, que aumenta de dia para dia, salientando que, pelo que sabe, o valor a pagar à Câmara corresponde a 40% do valor arrecadado dos paquímetros. Questionou se a Câmara irá, ou não, fazer um acordo de maneira a, quando a concessionária recuperar a entrada que deu, no montante a rondar os 2,5 milhões de euros, haver um entendimento para acabar com a concessão. -----

Referiu que a concessionária pagou tal entrada porque ia explorar o negócio e ganhar dinheiro com ele, que tal exploração incluía pagar 40% da receita arrecadada à Câmara, frisando entender que a P. Parques não tem nenhum direito especial a receber de volta a entrada quando é ela própria que não cumpre. -----

Concluindo a sua intervenção, o membro Sérgio Cirino insistiu em questionar à Câmara se vai fazer um acordo com a P. Parques para resolver a concessão após esta reaver o montante da entrada inicial, bem como o porquê de o Município só ter tentado uma ação judicial longo prazo depois de um incumprimento reiterado por parte da concessionária. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por salientar que, aquando da decisão da concessão, a CDU opôs-se precisamente porque um dos medos que tinha é que os munícipes em nada viessem a beneficiar com a concessão do estacionamento em Santa Maria da Feira, tal como se veio a verificar. -----

Disse saber que o PSD alega que o comércio local beneficiou, que as pessoas queriam ir ao comércio e não tinham onde estacionar, fazendo sobressair que a verdade é que, atualmente, tal argumento não é razão para haver estacionamento pago em Santa Maria da Feira. -----

Recordou que, em 2017, a CDU trouxe este tema à praça pública alertando que os valores da dívida à Câmara eram incompreensíveis, sublinhando ser daquelas situações em ninguém fica bem na fotografia, que não fica bem a P. Parques porque não paga à Câmara e não fica bem a Câmara porque não usou das ferramentas que tinha ao seu dispor em benefício do Município.

Referiu que a Câmara Municipal aguardou por 5 anos de incumprimento para dar entrada de um processo em tribunal quando, segundo o que está no contrato, podia ter rescindido automaticamente o mesmo após 6 meses de incumprimento, e que tal situação levou a que,



atualmente, a dívida da concessionária já ascenda os 700 mil euros. -----
Disse ser interessante fazer as contas porque se 700 mil euros correspondem a 40% da receita, 100% da receita ultrapassa os 1,5 milhões de euros, acrescentando que alguém está a meter o dinheiro ao bolso uma vez que a empresa continua a fazer a recolha de moedas. Salientou que, segundo os cálculos que lhe fizeram chegar, tal receita corresponderá a cerca de 590 euros por dia, reafirmando que esse dinheiro está a ir para algum lado. Realçou que, a certa altura, alegou-se que a empresa teria entrado em processo de insolvência, comentando, nesse âmbito, que só se lhe reconhece um funcionário que faz a recolha das moedas, e que, considerando uma receita diária de 590 euros, que perfaz um total de 1,5 milhões de euros, só por gestão danosa a concessionária estaria em insolvência. -----
Referiu que a justificação apresentada pela empresa se prende com o investimento inicial, salientando que a resposta que tem para isso é que o mercado é livre e que, se tal investimento não correu bem, a P. Parques tem de seguir o seu caminho mas tem de pagar o que deve. -----
Frisou que os cerca de 1,5 milhões de euros arrecadados podiam ter sido investidos na ação social, nas infraestruturas ou em muitas outras coisas de que o Município carece, ressaltando que se a concessão não tivesse sido feita e se o estacionamento tivesse ficado na alçada da Câmara Municipal, tal dinheiro tinha, com certeza, sido investido no Município. -----
Salientou que a questão é que, já após a ação que o Município intentou contra a empresa, a empresa deu entrada de uma ação em tribunal contra o Município, ressaltando que a CDU não conseguiu perceber o porquê dessa ação pelo que deixava esse pedido de esclarecimento. -----
Disse ainda que, pela informação que tem, a Câmara Municipal sabia dos papéis amarelos que a P. Parques andou a colocar nos carros, para os feirenses pagarem o estacionamento, e não agiu, não fez uma nota à comunicação social para informar os feirenses do que se estava a passar. Referiu que muitos feirenses não pagam o estacionamento porque sabem que não são multados, dado também saberem que a empresa P. Parques deve dinheiro à PSP e esta não anda a multar, frisando que toda esta situação tem contornos de um filme policial algo macabro, até pelos valores envolvidos. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que o assunto em questão é daqueles em que vai haver muita gente a explicar e os culpados nunca vão aparecer. Disse já ter questionado ao Sr. Presidente da Câmara, em sessões anteriores, se este não era



um caso de justiça, e que este lhe respondeu que não, ressaltando que o certo é que, passado algum tempo, o Município meteu uma ação em tribunal contra a P. Parques. -----
Salientou que a Câmara vinha dizendo que não podia intentar nenhuma ação judicial contra a P. Parques porque teria que a indemnizar, mas que o certo é que veio a intentar, questionado à Câmara qual a razão para ter demorado tanto tempo a fazê-lo e o que é que estava a encobrir. -
Concluindo, questionou se os feirenses não merecem saber o que se passa e, acima de tudo, terem confiança naqueles que operam no Concelho e ganham dinheiro às suas custas.-----

Interveio a deputada municipal *Ana Lamas Barros* (PSD), que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“O estacionamento público constitui, em si mesmo, um desafio enorme às diversas Câmaras Municipais espalhadas por esse país fora. -----

O acesso ao centro da cidade da Feira, de forma a aceder aos diversos serviços aí existentes, bem como à Zona Histórica desta mesma cidade, demonstram a necessidade de regular os lugares de estacionamento, nomeadamente para todas as pessoas que queiram aceder ao centro da cidade por pouco tempo, e como é do conhecimento de todos, estas situações ocorrem diariamente. -----

Neste sentido, em 2008 abriu-se um concurso público para a gestão do estacionamento nesta cidade. A empresa que ganhou este mesmo concurso foi a P. Parques, a qual contratualmente pagou uma verba de 2.6 milhões de euros e teria que após isso pagar 40% da receita arrecadada. -----

A gestão de uma Câmara Municipal é, em si mesmo, uma atividade de enorme responsabilidade, pelo que, quando confrontada com o não pagamento da dita receita da empresa concessionária, o executivo aconselhou-se junto dos juristas, de modo a perceber quais as diretrizes a tomar em relação a este processo.-----

Após auscultação dos mesmos percebeu-se que a melhor estratégia seria, caso a empresa continuasse sem pagar a receita, ir para tribunal. O que aconteceu em 2015! -----

Sabe, Sr. Deputado Moisés Ferreira, muito antes do oportunismo do Bloco de Esquerda, o executivo da Câmara Municipal já cuidava dos interesses dos Feirenses, perante um problema que existe, aliás estão a salvaguardar o interesse dos munícipes de Santa Maria da Feira através das instâncias próprias, ou seja, os Tribunais.-----



E o Senhor Deputado?-----

Salvaguada os interesses de quem?-----

Ora, já sabemos! De São João da Madeira! -----

Percebemos bem a sua aflição e dos seus camaradas e camarados. -----

É a aflição da não consciência! -----

É a aflição de quem traiu o povo de Santa Maria da Feira! -----

É a aflição de quem agora tenta criar uma cortina de fumo, de forma a desviar as atenções do roubo que quer fazer a este Concelho! -----

O que se segue camarado?! -----

Na sua condição de Ministro da Saúde, roubar-nos o Hospital? Transferi-lo para a sua terra? --

Senhor Deputado Moisés Ferreira, peço-lhe que faça um pequeno exercício. O Senhor Deputado olhe para aquela Vereação, a Vereação da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, e se olhar bem não vê ali nenhum Robles.-----

O Senhor Deputado pensa que fará de Portugal uma Venezuela, o atual estado da Venezuela?!

Desengane-se! Porque nesta terra vivem mulheres e homens honrados, corajosos e democratas. Vivem mulheres e homens que o senhor perdeu a legitimidade de representar! ----

Assim sendo, e tendo em conta que este ponto está neste momento nas mãos da Justiça Portuguesa e que a Câmara Municipal está a gerir todo este processo, a Bancada do Partido Social Democrata decide votar contra a recomendação apresentada por vós.” -----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que o membro Moisés Ferreira referiu, por várias vezes, que no contrato da concessão é dito que a Câmara pode rescindir sem pagar nenhuma indemnização, mas que não conseguiu encontrar onde isso está escrito, perguntando ao membro Moisés Ferreira em que parte do contrato consta isso. -----

O membro *Moisés Ferreira* respondeu aludindo à cláusula 36.^a do caderno de encargos, anexo ao contrato da concessão, passando a ler os extratos dessa cláusula que, seguidamente, se transcrevem: -----

“1 - Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato de concessão e do direito de indemnização nos termos gerais, o concedente pode resolver o contrato quando se verifique: -----



Handwritten initials and a signature.

(...)
h) A falta por parte do concessionário, do pagamento dos valores a liquidar nos termos definidos, subsistindo essa situação por um período superior a 6 (seis) meses, após ter-se o mesmo constituído em mora;

(...)
2 - Nestes casos, o parque de estacionamento e todo o equipamento aplicado no mesmo e na zona de estacionamento de superfície ficarão propriedade do concedente, sem que o concessionário tenha direito a qualquer indemnização e/ou à devolução da coisa prestada.” ---
Perante isto, o *Sr. Presidente da Câmara* salientou que também lhe tinha parecido que o Moisés Ferreira estava a dizer outra coisa que não a que acabara de ler. ---
De seguida, disse querer por os pontos nos “is” dado ter considerado a intervenção inicial do membro Moisés Ferreira como sendo insultuosa para com ele e para com o restante Executivo Permanente, ressaltando que o mesmo falou de encobridores de assaltos e que só faltou lhes chamar de ladrões, frisando não lhe admitir isso porque sempre tratou os membros do BE com respeito, independentemente das diferenças de opinião. ---

Fez notar que o membro Moisés Ferreira ultrapassou todos os limites do debate político e da troca de ideias, reafirmando não lhe admitir isso e que se o membro Moisés Ferreira não lhe pedisse desculpas não lhe responderia mais, nesta Assembleia Municipal. ---

Salientou que iria responder a esta questão pelo respeito que lhe merecem todos os membros desta Assembleia, realçando que a Câmara está a defender os interesses do Município, que está a defender o interesse público, que contratou advogados para a defender neste processo e que está a seguir a estratégia recomendada pelos mesmos. ---

Referiu que quem está na gestão de uma câmara municipal como a de Santa Maria da Feira depara-se com muitas situações difíceis, ressaltando que quando os assuntos chegam ao tribunal é preciso a Câmara ser muito cautelosa na defesa do interesse público, frisando ser isso que a Câmara está a fazer. ---

Disse que as leituras quase infantis dos processos, do entrar pela porta dentro e até rebentar com a porta, não funcionam num Estado de Direito, frisando que Portugal é um país com leis e que tais questões são dirimidas nos tribunais. ---

Reforçou que a Câmara está a seguir uma estratégia definida pelos advogados que a representam em tribunal, comentando que, no final, as pessoas perceberão essa estratégia,



recordando que, conforme dito pela deputada municipal Ana Lamas, a Câmara Municipal recebeu 2,6 milhões de euros à cabeça e que tal facto devia iluminar algumas cabeças.-----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que disse querer alertar novamente que, quando o contrato foi redigido, a equipa de advogados que assessorou a Câmara, independentemente de quem era o Presidente da Câmara na altura, não acautelou os legítimos direitos dos feirenses.-----

Referiu que se a assessoria jurídica que está, hoje, a lidar com este assunto está a seguir os passos que entende os mais corretos, o certo é que a estratégia de quem construiu, na altura, este negócio, foi ruínosa para os feirenses.-----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que colocou uma questão sobre as penalidades e as coimas e que, como não lhe foi respondida, depreende que não houve penalidades nem coimas.-----

Frisou ainda que, sem querer entrar no espeto jurídico por não ser isso que estava em discussão, entende não haver estratégia jurídica que tape a inação da Câmara ao estar 5 ou 6 anos sem receber o que lhe era devido.-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que, acima de tudo, percebe a aflição da intervenção do PSD, salientando que, no meio da grande confusão da intervenção feita pela deputada municipal Ana Lamas, a mesma disse que a gestão de uma Câmara Municipal é de enorme responsabilidade, frisando estar de acordo com ela nesse aspeto.-----

Disse que o atual e os anteriores Executivos camarários foram enormemente irresponsáveis nesta matéria porque há uma empresa que não paga aquilo com que se comprometeu desde julho de 2010 e, somente 5 anos depois, é que a Câmara pensou vagamente em fazer qualquer coisa, deixando que se estivesse 5 anos a acumular dívida ao Município.-----

Referiu que aquilo que se depreende é que a Câmara nem sequer pensa acabar com este contrato, que está a negociar um acordo, questionando para que serve fazer um acordo com uma empresa que não paga há 8 anos, com uma empresa que nem se sabe qual a solvabilidade que tem, com uma empresa que deve 700 mil euros, com uma empresa que, como escapatória,



terá metido um processo contra a Câmara. -----
Questionou ainda, sobre esse processo da P. Parque contra a Câmara, quais os fundamentos desse processo, se o mesmo tem algum facto que o sustente. -----
Reforçou que estar 5 anos a suportar dívida de uma empresa privada para esta estar a explorar estacionamento que é público, é de uma enorme irresponsabilidade, frisando que a gestão da Câmara neste processo é de uma enorme irresponsabilidade e que tal irresponsabilidade não é digna de alguém que está à frente de um Município. -----
Disse, ao Sr. Presidente da Câmara, que o mesmo se desengane se pensa que o BE pede desculpas por estar a defender o Município de Santa Maria da Feira, acrescentando que o Sr. Presidente da Câmara é que deve pedir desculpas a todos os feirenses pelo que não está a fazer neste caso. -----
Concluindo a sua intervenção, disse não saber se a época de pedido de demissões, por parte da deputada municipal Maria José Santos, já encerrou, realçando que, se não encerrou, e perante o voto contra do PSD à recomendação apresentada pelo BE, estranharia muito se a mesma senhora deputada não pedisse a demissão de todos os seus colegas do PSD porque não estão a defender os interesses dos feirenses. -----

A deputada municipal *Maria José Santos* (PSD) pediu a palavra para defesa da honra, o que lhe foi concedido, tendo dito o que, de seguida, se passa a citar: -----
“Eu venho defender a honra porque o senhor é ofensivo. É ofensivo e não olha a meios. Deturpa, é malabarista, troca ideias, e sem grande coerência. Como, aliás, tem vindo a mostrar. -----

Se alguém, neste Concelho, tem razão para estar profundamente ofendida consigo é o povo de Santa Maria da Feira. E, por isso, não venha invocar razões que não existem. É o povo de Santa Maria da Feira que está com razões para estar ofendido, porque o senhor o ofendeu. -----
E, por isso, a deputada Ana Lamas mais não disse do que isto por outras palavras. Não deturpe, senhor deputado. Meta a mão na consciência, como eu há pouco lhe disse, e pense, como já lhe disse outro dia, e veja a sua coerência e veja se o senhor está a honrar o compromisso que assumiu perante o concelho de Santa Maria da Feira.” – Fim de citação. -----

Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, que disse que o membro Sérgio



Cirino também é advogado e sabe bem que, da estratégia jurídica que a Câmara está a seguir, faz parte algum tempo de espera para que a Câmara não fosse obrigada a repor toda a verba que tinha recebido e que seria considerado como um enriquecimento sem causa. -----
Referiu que, apesar de ter alguns conhecimentos de Direito, não é uma pessoa dos tribunais, frisando ser essa a estratégia adotada e que compreende as explicações que foram dadas pelos advogados que representam a Câmara Municipal neste processo.-----

De seguida, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 votos a favor da recomendação (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1), 33 votos contra (PSD) e 4 abstenções (IND: 1, PS: 3 – Fernando Sousa, Valdemar Silva e Francisco Andrade), rejeitar a recomendação apresentada pelo grupo municipal do BE – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

Saiu o membro José Jesus Castro. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o Período em epígrafe, informou da existência de 10 inscrições para intervir, dos cidadãos que, seguidamente, se identificam: -----

1 – Fernando Jorge Soares Carvalho -----

Morada: Rua da Volta, n.º 17, Espargo -----

Assunto: ETAR da Remolha -----

2 – António Perestrelo Lima-----

Morada: Rua de Gaiate, n.º 964, Milheirós de Poiares -----

Assunto: Milheirós de Poiares -----

3 – Roberto Paulo Ribeiro Dias de Pinho -----

Morada: Rua de Gaiate, n.º 705, Milheirós de Poiares -----

Assunto: Milheirós de Poiares -----

4 – Vítor Daniel Fernandes Almeida -----

Morada: Rua Autarca Eleito, n.º 44, Milheirós de Poiares-----

Assunto: Milheirós de Poiares -----

5 – Carla Sofia Ferreira da Costa Almeida Dias de Pinho -----



Morada: Milheirós de Poiares -----

Assunto: Milheirós de Poiares -----

6 – Samuel Conceição -----

Morada: Rua Dr. Cândido Pinho, n.º 30, Bl. B, Hab. 303, Santa Maria da Feira-----

Assunto: Milheirós de Poiares -----

7 – Lúcia Alexandra Bastos Casimiro-----

Morada: Rua da Gândara, n.º 211, Milheirós de Poiares -----

Assunto: Milheirós de Poiares -----

8 – Armando Lima Oliveira -----

Morada: Rua João Paulo II, n.º 293, Milheirós de Poiares-----

Assunto: Milheirós de Poiares -----

9 – Edgar Perestrelo Lima -----

Morada: Av. da Liberdade, 447, 3.º dto., São João da Madeira-----

Assunto: Milheirós de Poiares -----

10 – Adriano Serafim Resende Martins-----

Morada: Rua António José Bastos, n.º 80, Milheirós de Poiares-----

Assunto: Milheirós de Poiares.-----

O Sr. Presidente da Assembleia informou os cidadãos inscritos que, nos termos regimentais, tinham três minutos de intervenção, numa intervenção única. De seguida, passou a palavra ao cidadão Fernando Carvalho.-----

Interveio o cidadão *Fernando Carvalho* que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve: -----

“Sobre a ETAR da Remolha, nós, moradores de Espargo de Baixo, referimos que:-----

1 - Em termos de exalação de maus odores, a ETAR da Remolha passou, diríamos, não de 80 para 8, mas de 80 para 0. Contamos já dois meses, inéditos, sem uma única ocorrência de maus odores, tudo isto, depois de uma década que se caracteriza por um histórico verdadeiramente nefasto e que muito transtorno nos causou. A manter-se a atual condição, infelizmente, somos obrigados a considerar que a SIMRIA e a LUSÁGUA não fizeram bem o seu trabalho.-----

Deste modo, deixamos o nosso agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da



Handwritten signature or mark

Feira, pela colaboração e dedicação à causa, que culminou com a sua visita às instalações no dia 19 de outubro, data que nos foi anunciada com quatro dias de antecedência e sem direito a negociação, impossibilitando-nos, conforme era a nossa intenção, de integrar a visita.-----

2 - Do passado consta, sobre o assunto e em resposta às nossas comunicações, a receção de três comunicações da parte das entidades de gestão da ETAR, nas datas de 26 de junho de 2005, 6 de setembro de 2018 e 9 de novembro de 2018. Em qualquer uma dessas comunicações, nunca foi reconhecido, de facto, o problema da exalação de maus odores provenientes da ETAR, ainda que tenhamos apresentado o nosso desagrado pelas condições vividas nas imediações da infraestrutura, isto, a partir da apresentação de um abaixo-assinado subscrito por 93 moradores. Lamentamos assim o facto das várias entidades de gestão terem, reiteradamente, preferido ficar mal na fotografia e não admitirem com verdade as evidências por nós comprovadas. -----

3 - Contudo, das primeiras duas comunicações emitidas por parte das entidades de gestão, fica claro que o aumento da temperatura potencia a exalação de maus odores (uma verdade, até porque sabemos que a alta temperatura dificulta a ação de dissolver oxigénio no afluente durante a fase de arejamento, recorrendo à insuflação por turbulência); sabemos também que o processamento do afluente realizado de forma contínua não permite regular a sua concentração que é máxima em hora de ponta (isto é, durante a primeira fase da noite), o que potencia de igual modo a exalação de maus odores. Por estes factos, contactamos a empresa especialista na área (a WEDOTECH - traduzido à letra “Nós fazemos tecnologia”), no sentido de encontrarmos a derradeira solução. A solução passa, neste caso, pela instalação de um filtro biológico no valor de 250 mil euros. Recentemente, a empresa instalou com sucesso, por exemplo, o sistema de desodorização da ETAR da Madalena em Vila Nova de Gaia e conta no seu curriculum com mais de 7.5 mil milhões de metros cúbicos de ar tratado. -----

4 - Finalmente, referimos que a solução e o valor associado à sua implementação foi apresentada às entidades de gestão da ETAR, mas sobre o assunto, no comunicado recebido no dia 9 de novembro de 2018, nem um palavra. Nesta conformidade, a verificar-se no futuro qualquer episódio de exalação de maus odores, consideramos que o nosso trabalho está feito, pelo que nos recusaremos a ouvir explicações com “travo” a desculpas; a menos que, o investimento no sistema de desodorização com base na instalação de um filtro biológico seja, para nós, pretexto para início de qualquer conversação. De referir ainda que, à data e a cerca



de 100 m da ETAR se encontra em início de construção um aglomerado habitacional com 20 frações, facto que aumenta cada vez mais a necessidade da ETAR da Remolha se mostrar um bom vizinho, caso contrário, voltaremos e seremos mais. -----

5 - A verificarem-se, hipoteticamente, novos episódios de exalação de maus odores, questiono o Sr. Presidente se está disposto a apoiar o investimento em filtros biológicos na ETAR da Remolha.” -----

Concluindo a sua intervenção, o cidadão Fernando Carvalho pediu autorização para colocar uma segunda questão, sobre a reposição da sinalização da via estruturante Espargo-Paços de Brandão, ressaltando que, infelizmente, nada tem sido feito nesse sentido e que só quem lá passa é que sabe o que lá vai – ao que o *Sr. Presidente da Assembleia* fez notar que essa questão já tinha sido colocada nesta sessão e respondida pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

De seguida, interveio o cidadão *António Perestrelo Lima* que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“É com desagrado que noto mais uma vez a falta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Lamentável, pois quando se trata de abordar assuntos de Milheirós de Poiares, simplesmente não aparece. -----

É tempo de Milheirós de Poiares ter “políticos” que olhem pelos interesses de facto da população, é tempo de Milheirós de Poiares ter gente capaz de servir o povo e não prestar subserviência a quem quer que seja! -----

Se por um lado este grupo de pessoas que não merece a terra que pisa não são sinceros, honestos e francos, não acompanham os assuntos de interesse para os Milheiroenses. -----

Por outro lado, temos um grupo de vendedores de pátrias que estão à espera de oferecer uma freguesia em troca de uma mão cheia de nada, porventura com interesses que não querem partilhar com os seus conterrâneos. -----

Milheirós de Poiares e os Milheiroenses não precisam de se humilhar desta forma! -----

Quanto à famigerada hipotética transferência para o concelho vizinho, lembrem-se que os Milheiroenses que ali vão trabalhar para ganhar o seu pão, também ali deixam o seu suor e criam riqueza àquela terra. -----

Deixemo-nos de ser coitadinhos! Mantenhamos a nossa humildade, mas mantenhamos a



nossa personalidade e identidade.-----

2 - Na última Assembleia Municipal, a nossa Junta de Freguesia foi representada pelo seu Secretário. -----

Com o devido respeito que o Sr. Carmindo Bastos me merece, não posso deixar passar em branco a sua atitude nesta casa. -----

Como Milheiroense exijo que quem nos representa nesta casa tenha um mínimo de cordialidade e respeito para que antes de proferir qualquer palavra faça a devida saudação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara e restantes Vereadores. -----

Confesso, sinto-me envergonhado. -----

3 - Entretanto, não podia deixar de manifestar o meu desagrado quanto à atitude do Sr. Adriano Martins. -----

Caro senhor, que eu me lembre, nunca lhe passei nenhuma procuração para falar em meu nome! -----

O senhor não tem o direito de falar em nome dos Milheiroenses. Quando muito, fala em nome dos seus/vossos seguidores. -----

Sabe, e mais uma vez ressalvo, com o devido respeito que me merece, o senhor como político é muito rasteirinho, sabe!? -----

O senhor usa sempre uma “politiquinha”, sim “politiquinha” baixa, tentando sempre manipular os mais distraídos, aliás só assim o vosso movimento chegou onde chegou. -----

Senão vejamos as suas últimas palavras na intervenção na última Assembleia Municipal são a prova disso! -----

Tentou menosprezar e desacreditar uma démarche do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Emídio Sousa, numa reunião da Área Metropolitana do Porto, quando disse que a proposta dele em relação a Milheirós de Poiares foi derrotada, mas de facto, a verdade foi que os restantes elementos da AMP acharam que aquele assunto deveria ser discutido noutra altura e local! ----

Sabe, a mentira, tem perna curta e essa sua forma de agir é “baixinha”. -----

4 - Quero também deixar uma palavra de desagrado pela atitude de quem nos representou na última Assembleia Municipal, depois de ter cumprido o seu desiderato, saiu a meio da mesma, não ficando para representar o povo que os elegeu! -----

Democracia é só quando vos interessa!? -----



5 - Por fim, caro deputado Moisés Ferreira, que conhece o senhor de Milheirós de Poiares para se arrogar no direito de criar o famigerado Decreto-Lei? -----
Certamente está lembrado da fantástica intervenção da Sra. Dra. Maria José Santos!? -----
Permitam-me que lhe diga, o bom povo da Feira e de Milheirós de Poiares não precisam de si para nada. -----
Por favor, deixe-nos em paz.” -----

Interveio o cidadão **Roberto Pinho** que disse o que, de seguida, se passa a citar: -----
“Se na última Assembleia Municipal afirmei que me sentia representado na Assembleia de Freguesia pelos membros do PSD, o mesmo não posso afirmar depois do que se passou na última Assembleia Municipal extraordinária. Relembro que um membro representante de Milheirós de Poiares abandonou a Assembleia na fase de abertura do Público, sabendo que a maior parte das intervenções eram referentes a Milheirós de Poiares. -----
Assim se provou que o presente Executivo de Milheirós de Poiares não está interessado em ouvir o seu povo. Não podia deixar isto em claro porque este comportamento faz lembrar outros regimes que não o regime da democracia. -----
A atitude do representante do Executivo de Milheirós de Poiares, numa 1.ª fase, deixou-me incrédulo. Mostrou não só falta de respeito com o povo de Milheirós de Poiares aqui presente, mas, acima de tudo, falta de consideração e respeito que merece esta Assembleia e a Câmara de Santa Maria da Feira. Apesar de não ter sido eu a praticar este ato sinto-me na obrigação, como milheiroense, de pedir desculpas a esta Assembleia pelo comportamento que não me revejo. -----

Mas o assunto de foco é o decreto-lei que prevê a integração da minha freguesia no concelho vizinho. A lista Mais Milheirós, cujo único ponto na campanha eleitoral era a transferência administrativa da freguesia para São João da Madeira, ganhou as eleições. Não teve mais de 50% dos votos, mas ganhou as eleições. Foi a lista mais votada e, portanto, constitui o Executivo. A referida lista foi encabeçada pelo Sr. Melo, que é o atual Presidente de Junta, que não esteve presente na última Assembleia e que eu pensei que ia estar hoje, foi-lhe dada uma 2.ª oportunidade para discutir, no sítio certo, o assunto, e não compareceu. -----
Seguramente que para o Sr. Presidente da Junta de Milheirós de Poiares este assunto não tem a mesma importância que tem para mim e para muitos milheiroenses, ou, então, está de tal



maneira comprometido com o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, ainda ultimamente saiu na revista Sábado algumas notícias, que não tem coragem de dar a cara e alimentando, desta forma, as minhas suspeitas em que o Executivo, neste momento, trabalha mais com a Câmara de São João da Madeira do que com a Câmara de Santa Maria da Feira. -----
Nós, hoje, já temos mais informações. Segundo a revista Sábado, Milheirós de Poiares é uma batalha de Pedro Nuno Santos. Ora, se assim é, alguém mentiu. -----
Segundo um representante da Câmara de São João da Madeira, a força motriz, se bem se lembram, era Milheirós de Poiares. Convém esclarecer que o Deputado Pedro Nuno Santos, e, já agora, um dos subscritores do projeto de lei, o Sr. Deputado Moisés Ferreira, não são de Milheirós de Poiares. E, assim sendo, se calhar a força motriz está do vosso lado.-----
Com o desenrolar do tempo, mais vontade e orgulho tenho de pertencer a Santa Maria da Feira. Não me revejo a pertencer a um concelho que é comandado por Lisboa, pelo Pedro Nuno Santos, ou para um concelho que afirma que a força motriz é Milheirós de Poiares quando nós, hoje, conseguimos provar exatamente o contrário.” – Fim de citação. -----

De seguida, chamados os cidadãos Vítor Almeida, Carla Sofia Pinho, Samuel Conceição, Lúcia Casimiro e Armando Lima Oliveira, que se haviam inscrito, verificou-se que os mesmos não responderam à chamada. -----

Posto isto, interveio o cidadão **Edgar Perestrelo Lima** que leu documento que disponibilizou para ficar a constar desta ata e cujo teor, de seguida, se transcreve:-----

“O meu nome é Edgar Perestrelo Lima. -----

Sou natural de Milheirós de Poiares, mais precisamente do lugar de Gaiate. -----

Há pouco mais de um ano, aquando das eleições autárquicas, encabecei a candidatura do PSD à junta de freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Outro desafio, talvez o maior, seria o de acabar com a ideia de que os Milheiroenses na sua maioria são pela anexação a S. João da Madeira. -----

Houve uma candidatura que tinha como objetivo único a anexação de Milheirós de Poiares a S. João da Madeira, fazendo deste ato eleitoral um referendo. -----

Os resultados foram claros, apesar dessa oportunidade ser única, conforme afirmavam, ficaram-se pelos 47% dos votos, caindo assim por terra, a ideia de que a larga maioria dos



Milheiroenses são pró S. João. -----
Sempre tive dúvidas acerca dessa teoria, e durante a campanha eleitoral no contacto porta a porta que efetuamos, muitos Milheiroenses se afirmaram contra essa ideia. Mais importante ainda, foi ouvir muitos outros Milheiroenses que disseram de uma forma livre e espontânea, que até tinham votado favoravelmente no referendo porque tinham sido influenciados para tal sentido de voto, mas que na realidade não era essa a sua vontade. -----
Conclui-se que os Milheiroenses maioritariamente não são um povo subserviente. -----
Têm orgulho em ser Feirenses.-----
Outra questão que importa também analisar é a dita unanimidade da Assembleia de Freguesia. Não conheço questões fraturantes, em que tal se verifique uma unanimidade. -----
Neste caso fico com a ideia de que alguém se esqueceu que estava a representar o povo num órgão autárquico, e não propriamente para decidir de acordo com a sua ideia/opinião.-----
Alguém se esqueceu de representar os votantes do NÃO, e os Abstencionistas. Perante os últimos resultados eleitorais ficou evidente que a famosa unanimidade era uma anormalidade. Perante o projeto de lei que foi apresentado solicitamos a realização de uma assembleia de freguesia extraordinária onde o resultado mostra a divisão que existe em Milheirós de Poiares no que toca a esta questão. 5 Elementos do Mais Milheirós votaram favoravelmente e 4 elementos eleitos pelo PSD votaram contra. -----
De realçar a adesão popular nesta assembleia realizada no dia 16 outubro, em que mais uma vez ficou demonstrado a vontade dos Milheiroenses em continuar com Sta. Maria da Feira.----
Houve 23 populares inscritos para usar da palavra nesta assembleia dos quais mais de metade se pronunciaram favoravelmente á continuidade da nossa terra no concelho da Feira.-----
Muito recentemente nesta casa, aquando da realização da Assembleia Municipal Extraordinária em que o tema era o projeto de lei 1004/XIII/2ª, mais uma vez ficou demonstrado que os Milheiroenses se afirmam Feirenses, com uma forte adesão nessa Assembleia, dos quais 13 fizeram uso da palavra na defesa da continuidade de Milheirós de Poiares no concelho de Sta. Maria da Feira. -----
Já é tempo de olharmos para o nosso futuro comum.-----
Vamos trabalhar para o engrandecimento de Milheirós de Poiares e não para a sua subserviência a interesses que poucos Milheiroenses conhecem.-----
Viva Milheirós de Poiares, Viva Sta. Maria da Feira.”-----



Interveio o cidadão *Adriano Martins* que disse o que, de seguida, se passa a citar:-----
“Em 1.º lugar, quero dizer que tenho o maior respeito pelos oradores que aqui vieram de Milheirós de Poiares, já conhecia estas intervenções na Assembleia de Freguesia, são todos da lista do PSD. -----

Queria dizer que já ouvi estes argumentos na campanha eleitoral e o povo deu-vos uma resposta: Não, queremos ir para São João da Madeira. Foi essa a resposta que os senhores receberam.-----

Agora vêm para cá, uns até dizem que são de Milheirós, nasceram em Milheirós, nem sequer estão em Milheirós. Nem o candidato do PSD, que está há mais de 15 anos em São João da Madeira. O Sr. António nem sequer reside em Milheirós de Poiares. Mas, tudo bem. Tudo bem, é um milheiroense, nasceu lá, faz parte das listas e acho bem que defenda aquilo que interessa.-----

O que interessa é dizer o seguinte. Esta pretensão de Milheirós de Poiares não nasceu agora. Não foi há dias, foi há 20 e tal anos, por unanimidade, entre o PS, CDS, PSD, já houve um projeto de lei, já houve um referendo. E depois do referendo houve eleições e o povo disse, mais uma vez, integração em São João da Madeira, triplicaram os votos do PSD. -----

Agora houve votação com uma lista independente. Eu não faço parte dessa lista. O Mais Milheirós entendeu não participar nesta Assembleia. -----

Sr. Presidente da Câmara, o senhor tem uma maneira muito especial e, depois, acaba de incutir nestas pessoas que somando os votos da oposição e os do PSD e aquilo tudo, ainda poderiam ter ganho as eleições. -----

Eu quero dizer ao Sr. Presidente que o senhor teve menos de 30 mil votos. Obteve menos de 30% dos votos dos eleitores de Santa Maria da Feira. Os eleitores são 127 mil, o senhor teve, tenho aqui os resultados, não tem 30%. Se o senhor entende, fazendo essas contas que costuma fazer habilidosamente, o senhor não podia ser o Presidente da Câmara. Está a compreender? Não se riam, porque estão aqui os resultados. Não se riam. -----

Só dizer o seguinte. O senhor é o digno Presidente porque teve a maioria. Está a compreender? Temos de respeitar as maiorias, temos de respeitar a democracia, e a democracia é assim. Porque nos 127 mil eleitores da Feira, o senhor só teve 30 e quê mil. Menos de 30%. Mas é o digno Presidente de Câmara. -----

O senhor diz que isto vai ser uma guerra. Uma guerra porquê, Sr. Presidente? Que tipo de



guerra? -----

O senhor tem conhecimento que houve uma guerra quando Espinho saiu de Santa Maria da Feira? O senhor tem conhecimento se houve alguma guerra quando Oliveira de Azeméis e São João da Madeira saíram de Santa Maria da Feira? Quando São João da Madeira saiu de Oliveira de Azeméis? Houve alguma guerra? -----

O senhor faz parte do distrito de Aveiro e entendeu incorporar-se na Área Metropolitana do Porto. Deixou de ser aveirense? Não. Deixou de ser cagaréu? Não. É aveirense. Sim, cagaréus são os habitantes de Aveiro. -----

O Sr. Presidente foi para o Porto porque entendeu que ali havia possibilidades deste Concelho ter mais progresso, e nós estamos nesta luta, há muitos e muitos anos, porque pretendemos ter progresso na nossa freguesia. -----

E é isso pelo qual nós lutamos e vamos continuar a lutar. A razão, mesmo vencida, não deixa de ser razão. Foi sobre esse lema que fomos somando vitórias, porque temos razão e porque sempre falamos verdade, resistimos às pressões, às mentiras, às falsas promessas, rejeitando migalhas, ambicionando progresso e qualidade de vida para a nossa terra, já como exemplo de como deve ser feita a reforma administrativa que o País carece. -----

Não haverá verdadeira reforma se as populações não forem chamadas a pronunciar-se, como ficou provado na nefasta aglutinação de freguesias da autoria de Relvas. -----

A todos aqueles que teimam em contrariar as nossas legítimas aspirações, direi: a luta contra o progresso é uma batalha perdida. Mais cedo ou mais tarde a nossa luta será vitoriosa. -----

Viva a integração, viva o progresso, viva Milheirós de Poiares.” – Fim de citação. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Sobre a ETAR da Remolha, de que falou o cidadão Fernando Carvalho, disse que efetivamente foi realizada uma visita à mesma no dia 19 de outubro passado, na qual esteve presente, realçando que, pelo que conseguiu perceber, a ETAR estava a funcionar bem. -----

Realçou que quem tem a responsabilidade da exploração da ETAR não é a Câmara Municipal, que é a Águas do Centro Litoral, ressaltando que o compromisso que existe por parte daquela é que a ETAR continue a funcionar bem. Fez notar que, neste género de equipamentos, uma ou outra situação pontual pode ocorrer, mas que nunca será aceitável uma situação como a que aconteceu, com os maus odores que emanavam da ETAR da Remolha. -----



Frisou que o Município paga uma verba significativa à Águas do Centro Litoral e que, caso seja necessário fazer alguma melhoria à ETAR, essa responsabilidade cabe à Águas do Centro Litoral, ressaltando que a Câmara não fugirá à responsabilidade se eventualmente se concluir que deve compartilhar uma determinada despesa, mas que, a priori, tal compete à Águas do Centro Litoral. Salientou que a Câmara vai continuar atenta à situação da ETAR da Remolha, realçando que aquela zona, que é a zona envolvente do Europarque, vai ter um crescimento muito acentuado nos próximos anos e é preciso que o sistema de tratamento de esgotos funcione bem, comentando que bastaria uma casa ser afetada para ser motivo de cuidado. -----
Relativamente à questão de Milheirós de Poiares referiu querer apenas dizer ao cidadão Adriano Martins que ele – Presidente da Câmara – ganhou as eleições em Milheirós de Poiares, que teve mais de 36.300 votos, correspondentes a mais de 50% dos votantes, comentando que se o cidadão Adriano Martins o quisesse demitir e nomear outro Presidente, que não iria ter sorte porque ele – Presidente da Câmara – iria defender o seu lugar. -----

Saíram os membros António Santos e Daniel Gomes. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por encerrado o Período de Intervenção do Público. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 01 horas e 15 minutos do dia 13 de novembro de 2018, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

A 1.ª Secretária,

O 2.º Secretário,